



SÉRIE III Nº 47 - Abril de 2024

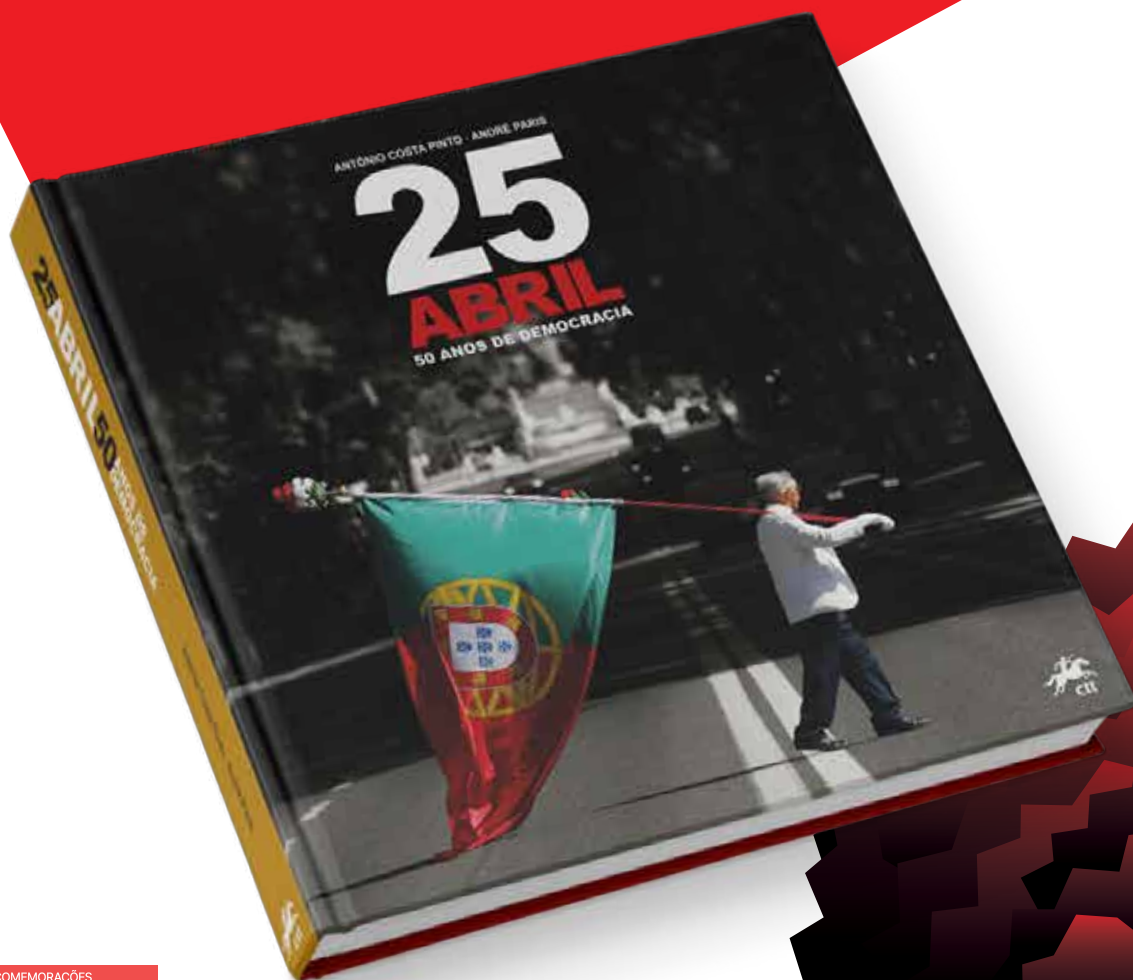
50 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974



Democracia, Liberdade e Responsabilidade

LIVRO

25 Abril – 50 Anos de Democracia



CTT/GS/GTC/DCC/25 ABRIL/2024-03/10



Conheça todos os nossos produtos comemorativos dos 50 anos do 25 de abril numa Loja CTT

ctt.pt

Linha CTT 21047 16 16*

Dias úteis das 8h30 às 19h30



CTT
Correios
de Portugal



CTT
Correios
de Portugal



CTT
Filatelia



* Custo de uma chamada para rede fixa nacional

FILATELIA LUSITANA

SÉRIE III
NÚMERO 47
ABRIL DE 2024

EDITOR E PROPRIETÁRIO
Federação Portuguesa
de Filatelia-APD

DIRECTOR
Pedro Marçal Vaz Pereira

COLABORADORES
NESTE NÚMERO
Bento Grossinho Dias
Carlos Lobão
Francisco Matoso Galveias
Luís Frazão
Pedro Marçal Vaz Pereira

REDACÇÃO,
ADMINISTRAÇÃO
e PUBLICIDADE
Rua Cidade de Cardiff, n.º 36 B
1170-095 LISBOA
Telef. 21 812 55 08
E-mail: fpf-portugal@netcabo.pt
Website: www.fpfilatelia.wordpress.com

FOTOCOMPOSIÇÃO,
MONTAGEM
e IMPRESSÃO
MX3 – Artes Gráficas, Lda.
Parque Industrial
Alto da Bela Vista
Pavilhão 50 – Sulim Park
2735-340 Cacém
Tel. 21 917 10 88/89/90
Fax: 21 917 10 04
E-mail: dientes@mx3ag.com

Tiragem:
3000 exemplares

Depósito Legal
n.º 67183/94



Editorial

50 Anos do 25 de Abril de 1974

Democracia, Liberdade e Responsabilidade

Pedro Marçal Vaz Pereira

Há 50 anos, no dia 25 de Abril de 1974, iria acontecer em Portugal um dos mais importantes e relevantes acontecimentos históricos do país.

Governados em ditadura desde 1926, os portugueses sofreram na pele as atrocidades de um regime insensível, tortuoso, retrógrado, castigador, tenebroso, protegido por uma polícia política e uma censura, que nada permitia e tudo calava, através dos métodos tenebrosos próprios da idade das trevas.

Tudo era controlado e a filatelia também o era.

A liberdade da selecção das emissões filatélicas, tinha que ser feita segundo o estabelecido pela ditadura e pela censura do seu *lápiz azul*.

Com o 25 de Abril de 1974, recuperámos a democracia, a liberdade e passámos a ser os responsáveis pelos nossos actos.

ÍNDICE

EDITORIAL	1	ARTIGOS	
50 Anos do 25 de Abril de 1974.....	3	John C. Lacerda.....	64
CTT 25 de Abril.....	48	EMISSIONES DOS CTT	69
NOTÍCIAS FEDERATIVAS	51	CLUBES FEDERADOS.....	75

Em 50 anos não precisámos de ditadores, para nos dizer o que temos que pensar e falar.

Em 50 anos aprendemos a respeitar a democracia e a aceitar aqueles, que politicamente muitas vezes não respeitam a democracia plural, desde que aceitem de igual modo o jogo democrático e não nos imponham as ditaduras deles, onde a nossa liberdade acaba, onde começa a liberdade deles!!

Os filatelistas portugueses habituaram-se a viver em democracia e em liberdade, e jamais aceitarão qualquer ditadura de esquerda ou direita, porque essas são castradoras da nossa identidade portuguesa e europeia.

Assim temos funcionado na Federação Portuguesa de Filatelia, com Congressos anuais, onde a liberdade e a democracia são as peças fundamentais, para hoje sermos uma das filatelas mais evoluídas do mundo filatélico.

Por isso dedicamos grande parte deste número da Filatelia Lusitana a Abril, a Abril de 74, crenças que o Março de 74 nunca mais será uma realidade no nosso país.

Dedicamos esta revista a todos aqueles, que nestes 50 anos souberam viver em Democracia, Liberdade e Responsabilidade e que com o seu empenho, nos protegeram de algumas tentativas desviantes, que nos tentaram impor e assim continuamos a viver livremente, sem tutores ditatoriais de esquerda ou direita.

Saibamos viver em democracia, em liberdade e com responsabilidade!

Honremos todos aqueles, que durante 48 anos de ditadura

lutaram para termos a nossa democracia e a nossa responsabilidade, sem tutores ditatoriais e retrógrados, donos da verdade deles, mesmo que nem tudo tenha estado ou esteja bem.

Mas a nossa responsabilidade é batermo-nos, para que tudo esteja cada vez melhor, solidários com os menos favorecidos e solidários com os que, com a sua competência e esforço trabalharam ou trabalham, para que Portugal continue a ser democrático, livre e responsável.

A Filatelia de Portugal seguirá este caminho, e juntos seremos melhores e mais capazes.

O 25 de Abril de 74 sempre, sem ditaduras de esquerda ou direita e com democracia, Liberdade e responsabilidade.

Viva o 25 de Abril de 1974!!



Bloco comemorativo do 25 de Abril de 1974, emitido pelos Correios de Portugal em 28 de Março de 2024.

50 ANOS DO 25 de ABRIL DE 1974

Democracia, Liberdade e Responsabilidade

Da Revolução de 1926, à Independência do Império

Pedro Marçal Vaz Pereira



“O cravo”, símbolo do 25 de Abril de 1974, na emissão dos Correios Portugueses comemorativa da “Revolução dos Cravos”.

A Revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe-nos a democracia, a liberdade e a responsabilidade.

Este meu trabalho, é a minha hermenêutica dos factos, que ligaram Maio de 1926 a Abril de 1974.

Este trabalho não é político e destina-se a quem tenha vivido ou não os acontecimentos que nele relato.

Resume-se a analisar os factos históricos, conforme os interpreto, alguns que ainda vivi, mas passados 50 anos de história encontro-me certamente na condição de observador isento.

Sem a revolução de 26, não teríamos a revolução de 74!

É uma homenagem a um punhado de portugueses, que foram capazes de devolver-nos a democracia.

Este ano comemoram-se os 50 anos da revolução do 25 de Abril de 1974, que ficou conhecida como a “*Revolução dos Cravos*”.

Contudo este meu trabalho começa muito antes da Revolução dos Cravos, porque entendo que a história é um encadeamento de factos, que nos transportaram desde 1926, até ao 25 de Abril de 1974.

Atrevo-me mesmo a dizer, que o 25 de Abril de 1974 começou no 26 de Maio de 1926!!

Sem a revolução de 1926, não havia a revolução de 1975!

Resolvi contar esta história a partir da Revolução de 1926, que nos impôs uma ditadura de 48 anos, até à Revolução do 25 de Abril de 1974, que finalmente nos trouxe de novo a democracia a liberdade e a responsabilidade de sermos livres e de decidirmos por nós o nosso futuro.

Como investigador, há muitos anos da história postal e não só, resolvi usar maioritariamente material postal como fio condutor e para ilustrar este meu trabalho histórico, onde os correios dos países e as suas emissões postais e correspondências, estão bastas vezes directamente ligados à história de cada um deles.

Portugal não poderia ser diferente!

A REVOLUÇÃO DE 1926 E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

O regime da 1ª República foi altamente conturbado, e bastas vezes violento.

Assim em 28 de Maio de 1926 foi desencadeado um golpe militar, que teve a chefia-lo o General Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, velhos militares republicanos. As tropas saindo de Braga, só pararam em Lisboa.

Era para ser uma Ditadura da República, tendo características próprias, com tendências presidencialistas, antiparlamentares, e de grande autoritarismo.

Contudo evoluiria para um Ditadura Nacional, como veremos mais à frente.

As confusões políticas e a anarquia política, parlamentar e social, tinham-se tornado um dos grandes problemas da 1ª República.

O 28 de Maio, saído de Braga, pretendia colocar ordem na República e acabar com a tremenda confusão política, que se vivia no país.

Este golpe visava principalmente, a hegemonia do Partido Republicano Português.

Mas rapidamente Mendes Cabeçadas é afastado, em 17 de Junho de 1926 e Gomes da Costa em 8 de Julho de 1926, sendo este último deportado para Angra do Heroísmo.

Contudo o que estava para ser uma Ditadura Republicana, vem a prolongar-se no tempo e torna-se numa Ditadura Nacional, que duraria 48 anos.

Com este golpe acabava o liberalismo em Portugal, tanto monárquico como republicano.

O Partido Republicano Português foi o único, que não apoiou o golpe de estado de 28 de Maio de 1926, embora este estivesse ainda longe da ideologia, que se instituiu no Estado Novo, em especial após 1933.

Porém os monárquicos do liberalismo, como do Integralismo Lusitano apoiariam o 28 de Maio de 1926.

O próprio D. Manuel II, tinha dado ordens claras para que os monárquicos não hostilizassem o golpe de estado.

Mas instalada a ditadura, os republicanos começaram logo a ser perseguidos e presos, chegando-se ao ponto de muitos terem estado presos no Tarrafal, como mais à frente veremos.

A repressão instaurada com a ditadura era enorme, tendo Afonso Costa sido demitido de professor catedrático da Faculdade de Direito.

Afonso Costa era frontalmente contra este novo regime e manifestava-o de forma clara, o que muito irritava as forças políticas da ditadura.

Contudo os republicanos continuaram a usar a correspondência, para manterem viva a chama republicana e a defesa dos direitos humanos.

Nas cartas colocavam vinhetas de defesa dos direitos humanos, com a imagem de Magalhães Lima, Grão-Mestre do Oriente Lusitano.

Tal como na 1ª República, inicialmente foram também proibidos os ajuntamentos, as procissões e os cortejos.

Os saneamentos políticos só têm o seu início com o Estado Novo em 1933, depois de aprovada a nova Constituição.

Até lá, ou seja de 1926 a 1933, a Ditadura Republicana tinha-se mantido neutra, quanto à manutenção dos cargos políticos e de responsabilidade do Estado.

A Ditadura Republicana de 1926, longe da ideologia fascizante do Estado Novo, chegou mesmo a honrar e distinguir os homens da República, como Machado Santos, Carlos da Maia e António Granjo, mortos na noite sangrenta, enquanto José Mendes Cabeçadas foi promovido a contra-almirante e nomeado intendente do Arsenal da Marinha.

Gomes da Costa, o general que comandou o golpe de 28 de Maio de 1926, dizia que “O movimento que chefeiei está absolutamente integrado na República, para bem da Pátria e honra do exército”.

O primeiro governo era composto essencialmente por militares, embora as pastas das Finanças, Justiça e Instrução Pública fossem ocupadas por civis.

O Congresso da República e as comissões, foram de imediato dissolvidas por este 1º governo, bem como em termos tácitos revogada a Constituição de 1911.

A 31 de Maio de 1926 o último Presidente da República, Bernardino Machado, apresentou a sua carta de demissão ao Comandante Cabeçadas, que tinha integrado o golpe.



Selos emitidos pelos correios portugueses, evocativos dos 25 e 40 anos da Revolução de 28 de Maio de 1926.



Selos das colónias portuguesas comemorativos dos 40 anos da revolução de 28 de Maio de 1926, emitidos precisamente em todas as colónias em 28 Maio de 1966.

a revolta

PELA ORGANIZAÇÃO REPUBLICANA DO ESTADO - PELA LEGALIDADE CONTRA A TIRANIA

ABAIXO A DITADURA !

A ditadura continua a ser uma ameaça para a Republica e um ultraje para a Pátria. Nas vascas da agonia supura o monarquismo lóipe de que se tem alimentado. "A Revolta" não descrimina entre ditadoies : são todos criminosos — e grita mais alto :

**REPUBLICANOS :
VIVA A REPUBLICA !**

Hora decisiva

A ditadura militarista, que emvergonha e arruína Portugal desde ha mais de um ano, entrou no periodo da agonia. O golpe agora tentado por alguns dos seus corifeus da primeira hora é um sintoma de morte proxima. Chegou para os republicanos o momento de agir. Unâmo'-nos todos, quer partidarios quer não partidarios, em torno da Liga de Defesa de Republica, a que pessoalmente tenho dado o meu concurso desde fevereiro e a cuja Junta Directiva pertenco, afim de executarmos as suas patrioticas aspirações e assim restabelecermos as Instituições Republicanas, prestigiando-as e dando-lhes plena eficiencia, como a Nação deseja e precisa.
15. agosto 1927. *Afonso Costa.*

HORA DECISIVA

A ditadura militarista, que emvergonha e arruína Portugal desde ha mais de um ano, entrou no periodo da agonia. O golpe tentado por alguns dos seus corifeus da primeira hora é um sintona de morte proxima. Chegou para os republicanos o momento de agir. Unâmo-nos todos, quer partidarios, quer não partidarios, em torno da Liga de Defesa da Republica, a que pessoalmente tenho dado o meu concurso desde fevereiro e a cuja Junta Directiva pertenco, afim de executarmos as suas patrioticas aspirações e assim restabelecermos as Instituições Republicanas, prestigiando-as e dando-lhes plena eficiencia, como a Nação deseja e precisa.

15 - agosto - 1927.

a) AFFONSO COSTA.

eito, a **quem traiu**, não pode deixar de defende-lo contra qualquer tentativa dos políticos».

«Dominando tudo, **comprando tudo**, as consciências e as inteligências, navalhas de sicário e penas de jornalistas, a alta finança, judenga de arribação, sem patria nem lei, aperfeçoou metodicamente o sistema de corrupção geral».

«A ditadura apenas deu ao Paiz uma Camara Municipal!»

(«Imparcial» de 25 de Julho. Orgão do Governo, suspenso por sua ordem, mas distribuido clandestinamente pela propria policia do Ministério do Interior»).

O que ai fica é demasiadamente eloquente! Quaisquer comentarios nossos seriam inoportunos, por desnecessarios...

Povo português: Abre os olhos e prepara-te para a lucta. E' urgente expulsar do poder os vendilhões da Patria!

Viva Portugal!

Um grupo de republicanos da velha guarda.

PALAVRAS SERENAS

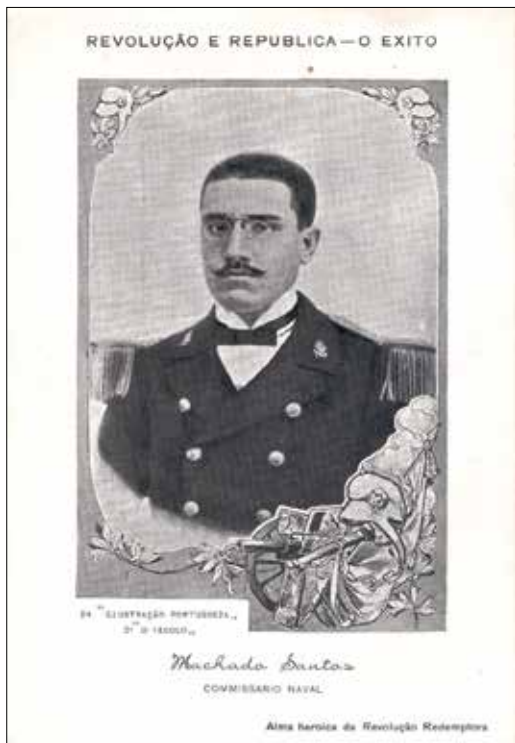
Portuguêses: A Republica vive a sua hora mais critica! A Patria está em perigo! Nos segredos das chancelarias jogam-se os destinos de Portugal! Formulam-se hipoteses de *intervenção armada* e no horizonte surge tambem a ameaça de nos retalharem as colonias! A esta miseravel situação nos conduziu a ditadura militar! O proprio Carmona admite já a possibilidade de ficarmos, dentro em breve, num *regime de mandato*! Assim o anunciou o «bravo» general a uma Comissão de professores que ha dias o procurou. E disse-o naturalmente, sem uma vibração mais forte, sem que um tremor agitas-se a sua voz!...

O momento que passa é tão excepcionalmente grave, que exige e impõe a todos os portuguêses a maior serenidade. Falemos, pois, a linguagem rude da Verdade. Nem insultos soêses nem apostrofes violentas, nem exagêros derrotistas. De resto para condenar formalmente *isso* que ai está—como supremo ultraje à consciencia da Nação—basta-nos a prosa insuspeita dos seus mais esforçados paladinos. Não temos que recorrer ao que por ai se diz em voz baixa. Não temos que utilizar quaisquer documentos do nosso formidavel «dossier». Muito menos precisamos de exagerar os escandalos praticados e que, a seu tempo, revelaremos ao Paiz. *Por agora*, apenas queremos pôr deante dos olhos de todos os portuguêses as palavras que seguem, transcritas do «Imparcial» orgão do governo até 25 de Julho. Palavras candentes de verdade e de justiça, marcando um vinco inapagável no cachaco dos ridiculos ditadores, merecem bem a ser divulgadas. Que

O 28 de Maio de 1926, segundo alguns, deu-se para combater a total supremacia do Partido Republicano Português. Muitos republicanos apoiaram o golpe, mas rapidamente compreenderam, que estavam enganados e que se preparava uma longa ditadura. Este panfleto é precisamente a denúncia desse facto.



Sobrescrito expedido em 1930, onde foi colocada uma vinheta da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, com a imagem de Magalhães Lima, Grão Mestre da Maçonaria.



► Machado Santos, que foi homenageado pelo Presidente da República Óscar Carmona.



General Gomes da Costa o autor da revolução do 28 de Maio de 1926, e que mergulharia o país numa ditadura de 48 anos

Golpes e contra golpes foram sendo realizados neste ano, mas sem derrubar a ditadura.



Bilhete Postal com Salazar e Carmona, as duas figuras principais da Ditadura Nacional e do Estado Novo, com exaltação à população: **Tudo por Portugal! Nada Contra Portugal!**

Pretendiam estabelecer a ordem pública e regenerar as contas do Estado, procurando acabar com o perigo de bancarrota, que ameaçava o país.

Os militares tomariam conta da ditadura, em face da forte oposição feita à mesma, tanto em Portugal, como no estrangeiro.

Em Abril de 1928 surge na cena política António de Oliveira Salazar, catedrático na Universidade de Coimbra, que viria a tomar conta da pasta das Finanças e iria colocar as contas do país em ordem.

Carmona e Salazar conduzem o país num regime designado por «Ditadura Nacional» até 1933, ano em que é aprovada uma nova Constituição para Portugal e acabam com a rivalidade entre republicanos e monárquicos.

Com esta Constituição, que não acabava com a ditadura, mas com a República, procedeu-se à fundação do Estado Novo e à criação de um regime autoritário de partido único, e a manutenção de uma ditadura repressiva, que se manteria até ao 25 de Abril de 1974.

Foi constituído um parlamento, com os deputados a serem eleitos numa lista única e foi constituída a Câmara Corporativa.

De 1928 a 1933 Portugal foi governado por uma ditadura militar, cuja constituição republicana foi suspensa, como atrás escrevi.

Temos então dois homens, que despontam no panorama político português e que foram a base de tudo o que a seguir se passaria. Foram estes o General Óscar Carmona e o professor de direito de Coimbra António de Oliveira Salazar.

O General Óscar Carmona reunia à sua volta um importante grupo de oficiais, que tinham outras ideias políticas para o país.



Bernardino Machado o último Presidente da 1ª República, que apresentou a sua demissão a Mendes Cabeçadas, após o golpe de 28 de Maio de 1926.



Selos comemorativos do nascimento do Marechal Óscar Carmona, emitidos em 1970.



Quadra do selo de 5\$00 evocativo de Oliveira Salazar, emitido em 1971.

Controlam a educação, o ensino, a imprensa e a rádio, e servem-se destas para promover o novo regime.

Oliveira Salazar impõe um terrível sistema de censura de todos os meios de comunicação, culturais e imprensa, que ficou conhecido como o *lápiz azul*.

Em 1933 Oliveira Salazar criaria um partido único a União Nacional, que seria fundamental para a arquitectura do futuro regime, sendo os seus estatutos aprovados em 20 de Agosto de 1932. Este partido no seu artigo 5º, nº 1 definia Portugal como um «Estado nacional, unitário, pacífico e civilizador».

Foi apresentado pela primeira vez em 30 de Julho de 1930, na sala do Conselho de Estado, por António de Oliveira Salazar, com um discurso doutrinário, a que deu o título de «Princípios fundamentais da Revolução Política».

No seu programa estava bem manifestado, que era «composta de portugueses dispostos, pela compreensão dos seus maiores deveres cívicos, a trabalhar para a salvação e engrandecimento de Portugal» e pretendiam «consagrar e perfilhar um nacionalismo histórico, racional, reformador e progressivo» afastando-se de qualquer tipo de socialismo ou liberalismo.

Aos poucos os outros partidos, que ainda existiam, foram-se extinguindo ou passaram, à clandestinidade, como aconteceu com o Partido Comunista Português.

Entretanto o povo apercebendo-se do fim da República e da implantação de uma Ditadura Nacional permanente, revolta-se em todo o país, nas Ilhas da Madeira e Açores, com especial relevo para os estudantes.

Todas estas manifestações foram ferozmente reprimidas, pelas autoridades da ditadura.

Entretanto Oliveira Salazar sobe os impostos e diminuiu as despesas públicas, equilibrando as finanças logo no primeiro ano. Estávamos em 1928-1929, tendo o país o seu primeiro saldo positivo de há muitos anos.

O Estado Novo foi basicamente um estado corporativo, com inúmeros organismos como a Câmara Corporativa, o Ministério das Corporações, o Instituto Nacional do Trabalho e Presidência, Sindicatos Nacionais de direito público, Casas do Povo, casas de pescadores, Grémios Nacionais, Grémio da Lavoura e muitos outros.

O governo tinha simultaneamente, poder executivo e legislativo.

António de Oliveira Salazar assina em 1940 a Concordata com a Igreja Católica, e que dava a esta vastas regalias.

Como ditadura, o Estado criou a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, que mais tarde passou a designar-se por PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado, uma polícia política altamente repressiva e que controlava todos os cidadãos.

Com a queda de Salazar em 1969, a PIDE foi substituída pela Direcção Geral de Segurança, que tinha os mesmos objectivos repressivos, tendo mudado apenas a designação.

Esta polícia, com poderes infinitos, prendia, torturava todos os opositores, espalhando o terror e o medo na sociedade portuguesa.

A educação era toda controlada, e exaltava o passado histórico.

O Estado Novo foi um regime ditador, autoritário, assente numa polícia política implacável e torcionária, nacionalista, repressivo e assente ainda no corporativismo, de inspiração fascista, como o italiano, sendo ainda antiliberal, antiparlamentarista, anticomunista e colonialista.

Como todos os regimes autoritários dessa época criou o culto do líder, tendo sempre o apoio da Igreja Católica, que era a religião do Estado, com o lema de *Deus, Pátria e Família*.

Os católicos e toda a Igreja apoiaram o golpe, «por verem chegada a hora do congoçamento em matéria de religião».

A ditadura seria implacável com os opositores e em 13 de Maio de 1935 publicava um decreto, que impunha a aposentação, reforma ou demissão de todos os funcionários públicos, que se opusessem ao regime.

Foram igualmente tomadas medidas contra, «os indivíduos da classe patronal ou operária que se concertem para a suspensão do trabalho como meio de luta económica». Por outras palavras, as greves estavam proibidas.

A ditadura do Estado Novo reprimia o povo, com o que mais de sagrado podia ter qualquer chefe de família, que era o seu emprego e o seu salário.



Também na colónia de Moçambique se comemorava a Revolução de 28 de Maio de 1926, apondo nas cartas carimbos evocativos da data.



Todos os anos os componentes do Batalhão Académico de Coimbra, que combateu contra os monárquicos da Monarquia do Norte em 1919, encontravam-se num restaurante em Coimbra, para comemorar a vitória sobre o movimento monárquico. Em 1932 encontraram-se no hotel Avenida em Coimbra, e no menu está escrito: **Escalopes de Vitela à Financeiro** e alguém escreveria entre parêntesis (à **Salazar?**), tal era a fama que Oliveira Salazar gozava na altura.

Foram ainda criadas as prisões políticas, onde eram presos muitas vezes sem culpa formada, os opositores ao regime e designados por democratas.

Em 1928 já tínhamos presos políticos, na prisão do Aljube.

A Maçonaria é ilegalizada e passa à clandestinidade, tendo reduzido imenso as suas actividades.

Foram criadas ainda outras organizações, como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, que mais à frente abordaremos.

Já existiam dentro dos políticos portugueses dessa época, correntes de tendência fascista, como a de Rolão Preto, que era um manifesto adepto das políticas de Mussolini.

Foi então criado o *Nacional-sindicalismo*, chefiado por Rolão Preto, como força de apoio a Salazar.

Continuava-mos paulatinamente a construir um novo estado, que viria a ter mesmo esta designação de Estado Novo.

Alguns historiadores consideram que o Estado Novo, com a sua ditadura de direita, era um forte obstáculo à entrada de comunistas e das suas ideias.

É evidente que este era o discurso de conveniência do Estado Novo, que não realizando eleições livres, não sabia o real peso comunista em Portugal.

A retórica salazarista era a que convinha, para amedrontar a sociedade portuguesa e explicar a necessidade de continuarmos a ter uma ditadura opressora, manipuladora, antidemocrática e antiparlamentar e acima de tudo desrespeitadora dos mais elementares princípios dos direitos humanos.

Alguns historiadores chamam ao Estado Novo de 2ª República.

Não sigo este princípio, por não ser Portugal uma república democrática e parlamentar, mas antes um consulado de António de Oliveira Salazar, que foi mantido por 48 anos, onde imperou o estado corporativo.

A nova Constituição de 1933, começou a ser discutida e foi enviada às câmaras municipais e às freguesias, de forma a que a população pudesse consultar o texto e votar em consciência.

Só que o processo estava inquinado desde o início, quando «*Contavam-se a favor os votos dos eleitores que não comparessem ao acto sem haverem feito nos três dias anteriores prova de impossibilidade física ou doença impeditiva*». Por outras palavras, não existia abstenção. Assim funcionava a ditadura.

Foi então, como era óbvio, aprovada com 1.292.864 votos a favor, tendo recebido apenas 6190 contra.

Mas vamos analisar melhor Óscar Carmona e António Salazar, que foram as pedras base do novo regime de Ditadura Nacional.

O GENERAL ÓSCAR CARMONA

Nasceu em Chaves a 24 de Novembro de 1869 e morreu em 18 de Abril de 1951.

Na implantação da República era professor na Escola Prática de Cavalaria em Torres Novas.

Foi ministro da Guerra em 1915, no governo de Pimenta de Castro, de quem ainda foi chefe de gabinete.

Esteve a prestar serviço na Escola de Mafra, e participou na preparação do Corpo Expedicionário Português, que participaria na 1ª Guerra Mundial

Em 4 de Março de 1922, foi promovido ao posto de general.

Carmona, já na ditadura, defendia que não era altura de retornar ao constitucionalismo da República e preferia um regime autoritário para governar o país, precisamente o contrário que defendiam Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa, que preferiam uma República constitucional.



Magalhães Lima, o Grão Mestre da Maçonaria, que veria a Maçonaria ser ilegalizada em Portugal.



O Marechal Carmona evocado num selo de correio, emitido em 1934.

Por outras palavras, Carmona preferia a ditadura pretensamente republicana, à democracia.

Após a revolução de 28 de Maio de 1926, integra o governo, com a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Como se vê as duas tendências estavam no governo da ainda República, uma que queria a continuidade do regime e outra como Óscar Carmona defendia, que queria uma ditadura que regenerasse o Estado.

Pelo Decreto 12740 de 25 de Novembro de 1926, Óscar Carmona era indigitado Presidente da República interino, tomando posse a 29 de Novembro de 1926.

Implementa a ditadura e é eleito em lista única para Presidente da República com 758.065 votos, sendo empossado em 15 de Abril de 1928, na antiga sala da Câmara dos Deputados.

Chama de Coimbra António de Oliveira Salazar, para ocupar a pasta das Finanças.

Óscar Carmona tinha à sua volta um importante grupo de oficiais, que tinham para o país outras ideias políticas muito diferentes das da 1ª República.

Em 1927 Carmona continuava a celebrar o 5 de Outubro, com uma recepção no Palácio de Belém.

Chegou mesmo a deslocar-se à residência de António José de Almeida, para o cumprimentar pela passagem de mais um aniversário da implantação do regime republicano.

Carmona queria a ditadura na República, quando em 1928 já comemorava a Revolução do 28 de Maio de 1926, tendo sido realizada nesse dia uma parada militar em Lisboa, tendo Óscar Carmona a presidi-la.

Foi um Presidente que sempre procurou unir os portugueses e acabar com as divergências entre estes, e apesar das reformas que promulgou, como o Acto Colonial, os Estatutos do Trabalho e Judiciários, a Reforma Prisional e outras, ficará para sempre ligado ao regime ditatorial e repressivo de António de Oliveira Salazar, que apoiou incondicionalmente.



Sobrescrito circulado com um selo do Marechal Carmona, da emissão evocativa de 1945.



O Marechal Carmona evocado num selo da Guiné, então colónia, comemorativo do centenário do seu nascimento.

O DR. ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR



António de Oliveira Salazar nasceu a 28 de Abril de 1889, no lugar do Vimeiro, em Santa Comba Dão.

Faz os estudos primários em Viseu e com 10 anos ingressa no seminário diocesano, para seguir a carreira eclesiástica.

Mais tarde frequenta na Universidade de Coimbra, o curso de Direito, que terminou em 1914 com 19 valores, vindo a ser doutor em 1918

A sua carreira política inicia-se no Centro Académico da Democracia Cristã, onde encontrou aí o seu amigo para a vida, que foi o Cardeal Gonçalves Cerejeira. Ambos estavam hospedados em Coimbra na célebre "República dos Grilos".

António de Oliveira Salazar foi convidado para assumir a pasta das Finanças, que aceitaria em 12 de Junho de 1926, mas renunciaria logo em 17 do mesmo mês por considerar que não tinha condições para exercer o cargo.

Finalmente a 27 de Abril de 1928, Oliveira Salazar aceitava de novo a pasta das Finanças, que ocuparia até 1932, altura em que se torna Presidente do Governo, cargo que ocuparia toda a vida.

A partir daqui organiza o Estado Novo, uma rigorosa ditadura de direita, permanecendo no poder mais de 40 anos.

► Postal máximo com selo e imagem de António de Oliveira Salazar, que impôs a Portugal a Ditadura Nacional e o Estado Novo depois da aprovação da Constituição de 1933.

Nota de 20 reis, sobre a qual foi colocado o carimbo de **Paços da República dos Grilos**, república coimbrã de estudantes, onde viveram ao mesmo tempo Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira, vindo este último a ser mais tarde cardeal e uma importante figura da Ditadura Nacional e do Estado Novo.



António Oliveira Salazar personificava a idolatria ao líder, sendo a adoração ao mesmo promovida, como sendo “Casado com a Nação”, “Ungido de Deus”, “Salvador da Pátria” e “Redentor da Nação”.

Em 1921 chegou mesmo a ser deputado na Câmara dos Deputados, ainda na 1ª República, mas nunca chegou a participar nos trabalhos parlamentares.



Sobrescrito circulado com um selo de Oliveira Salazar, da emissão evocativa de 1971.

Oliveira Salazar foi ainda Presidente da República Interino, após a morte de Óscar Carmona.

O professor Joaquim Veríssimo Serão diz que Oliveira Salazar «No seu ideário católico aceitava a dignificação do homem como essência e motor da vida. Mas não admitia a concepção liberal de que a pessoa humana impusesse a sua vontade ou capricho à sociedade, quando nascera para se integrar nela e cumprir as missões da sua melhoria e progresso».

Claro que Oliveira Salazar, como ditador e católico, iria aceitar a dignificação de alguns homens e jamais a concepção democrática da sociedade dos homens.

Oliveira Salazar considerava, que em Portugal existiam 4 sérios problemas: «o financeiro, o económico, o social e político».

A LEGIÃO PORTUGUESA

A 31 de Outubro de 1935, era constituída a Junta Central da Legião Portuguesa.

Era uma organização paramilitar do Estado Novo, integrada por voluntários patriotas e nacionalistas, todos eles anticomunistas e apoiantes da ditadura, sendo a sua preparação da responsabilidade das forças armadas portuguesas.

Tinham o apoio do integralismo lusitano e do Movimento Nacional Sindicalista e como base ideológica as SA alemãs, conhecidos pelos camisas castanhas, organização do Partido Nacional Socialista, que ficaria conhecido como o Partido Nazi. Apoiava igualmente as MVSN italianas, conhecida como os “camisas negras”.

A esta organização competia a organização da defesa civil do território.

Durante a II Guerra Mundial foi uma organização apoiante das potências do eixo, tendo uma forte posição contra a União Soviética e o seu regime comunista.

Após a II Guerra Mundial perdeu muito da sua influência, já que o regime salazarista não podia apoiar as potências do eixo derrotadas.



Emissão evocativa da Legião Portuguesa, emitida em 1940.



Medalha Dedicção da Legião Portuguesa.

Passou a ser uma organização com o objectivo de «força de vigilância», chamemos-lhe uma reserva do Estado Novo e de Oliveira Salazar, tendo a sua base nas forças paramilitares alemãs e italianas, e a sua formação tinha como objectivo “defender o património espiritual da Nação e combater a ameaça comunista e o anarquismo”.

A Legião Portuguesa integrava no seu seio a Brigada Naval, que tinham os seus treinos no Quartel do Corpo de Marinheiros, em Alcântara.

O edifício do Grande Oriente Lusitano, foi entregue à Legião Portuguesa em 1937, tendo sido esta última extinta no dia 25 de Abril de 1974.



Símbolo da Legião Portuguesa.



Sobrescrito do Comando Distrital da Legião Portuguesa, expedido em 1944 para o Director do Secretariado Nacional de Informação e Cultura. Este era o organismo que estava encarregue no Estado Novo da propaganda, do turismo, comunicação social e turismo, sendo seu director em 1944 António Ferro, uma personalidade que mais apoiava a ditadura do Estado Novo.

A MOCIDADE PORTUGUESA

A Mocidade Portuguesa foi criada em 19 de Maio de 1936, pelo Decreto –lei de 26611, tendo a 4 de Dezembro de 1936 sido aprovado o seu regulamento, pelo decreto 27301.

Tinha como objectivo o de “abrangendo toda a juventude, escolar ou não, e que tinha por fim estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação de carácter e a devoção à Pátria, no sentimento de ordens no gosto da disciplina e no culto do dever militar”.



Emblema da Mocidade Portuguesa.

Estabelecia ainda, que os seus membros deviam seguir “a educação cristã tradicional do país. E em caso algum admitirá nas suas fileiras um indivíduo sem religião”.

Foi criada a Mocidade Portuguesa Feminina e a 17 de Fevereiro é introduzida nas colónias.

O seu primeiro Comissário Nacional foi Francisco Nobre Guedes, que era admirador do III Reich e pretendia, que a Mocidade Portuguesa fosse a imagem portuguesa da Juventude Hitleriana.

Foi extinta no 25 de Abril de 1974.

OS LEMAS DO ESTADO NOVO

Com Oliveira Salazar a propaganda política no Estado Novo, incluía muitos lemas de exaltação da nação e do patriotismo da população.



Bilhete Postal da Mocidade Portuguesa, com a exaltação da Pátria: Pela Pátria Portuguesa.



Selos com o lema Tudo Pela Nação, emitidos entre 1935 e 1941.

Num discurso em 30 de Julho de 1930, Oliveira Salazar com o fim de galvanizar o patriotismo português, proferiria o célebre lema e um dos mais populares: *TUDO PELA NAÇÃO NADA CONTRA A NAÇÃO*.

Os Correios Portugueses emitiriam, entre 1935-41, selos de correio com este lema.

Outro dos slogans era *Orgulhosamente Sós*, proferido por Salazar após a 2ª Guerra Mundial e quando grande parte das Nações Unidas estavam contra a nossa política em África.

Esta posição afastar-nos-ia da Europa e não integraríamos o movimento democrático europeu, que surgiu após a guerra.



Bilhete-Postal de correio com o selo impresso com o lema *Tudo Pela Nação*, circulado em Outubro de 1943.



Lembremo-nos que nesta altura, ainda existia o Campo do Tarrafal.

Na guerra colonial usava-se, para exaltar a posição salazarista de defesa desta guerra nas colónias, o lema *A Pátria não se discute, defende-se!*

▶ Sobrescrito franqueado com selos de \$40 com o lema *Tudo Pela Nação*, emitidos em Dezembro de 1935.

A EXTINÇÃO DA MAÇONARIA

Em 5 de Abril de 1935, era apresentada na Assembleia Nacional uma proposta pelo deputado José Cabral para extinguir todas as sociedades secretas, onde se incluía a Maçonaria.

A proposta foi aprovada, e o edifício onde se encontrava a Maçonaria foi entregue à Legião Portuguesa.



Símbolo da Maçonaria. ▶

A OTAN – ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

Com o fim da II Guerra Mundial, o xadrez europeu e mundial viria a alterar-se substancialmente.

A Rússia tinha passado a ser um opositor dos antigos aliados, impondo um regime comunista a diversos estados europeus, que tinham ficado sob a sua alçada, criando a Cortina de Ferro e iniciando-se o período da «*Guerra Fria*».

As nações europeias, que não tinham ficado sob o jugo soviético, juntamente com os Estados Unidos da América, criam em 4 de Abril de 1949 a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, assinando-o em Washington.



Bloco da emissão alusiva à OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, selos emitidos em 1952.



Selos alusivos ao 10º aniversário da OTAN, emitidos em 1960.

Era um tratado defensivo, assinado por países para «salvaguardar a liberdade, herança comum e civilização dos seus povos, fundadas nos princípios de democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito.»

Portugal estava longe de respeitar estes princípios, mas a posição geoestratégica dos seus territórios pesou e muito, para que o nosso país assinasse em 1949 este tratado e ficasse como membro fundador.

PORTUGAL NA II GUERRA MUNDIAL

António de Oliveira Salazar consegue manter a neutralidade de Portugal na II Guerra Mundial, embora fosse um seguidor das ideias das potências do eixo, em especial da Itália, mais do que da Alemanha.

Portugal participou na Guerra Civil de Espanha com os «Viriatos», apoiando o general Franco, pelo que este tinha em grande estima o governo português e o seu presidente Oliveira Salazar.

O Pacto Ibérico assinado em Lisboa em 17 de Março de 1938, por Franco e Óscar Carmona, foi importante para a nossa neutralidade e de toda a Península Ibérica, já que abriu a possibilidade dos dois países ibéricos manterem o diálogo, o que foi importante para se realizar o encontro de Sevilha de 12 e 13 de Fevereiro de 1942, entre Salazar e Franco, onde ficou acordado a neutralidade de Portugal e Espanha neste conflito mundial.

Tal foi importante para Portugal, já que Franco chegou mesmo a negociar com Hitler a invasão de Portugal, que reverteria para Espanha, juntamente com Marrocos.

Apesar da sua neutralidade, Portugal esteve ligado à 2ª Guerra Mundial nos Açores e em Timor. Por sua vez na Espanha, também neutral, foi constituído um núcleo de 20.000 voluntários falangistas fanáticos, que se juntaram às tropas alemãs, que invadiram a Rússia e onde grande parte deles morreria.

Hitler pretendia que Portugal enviasse também uma *Legião Azul* para combater a Rússia, mas Salazar nunca aceitaria.

Salazar teve que ceder os Açores aos aliados, perante a eminência destas ilhas serem invadidas pela Inglaterra e Estados Unidos e passarem para a exclusiva esfera dos aliados, evitando-se assim uma possível ocupação por parte das mesmas, pelas forças nazis.



Bilhete Postal escrito para Portugal, por um português membro do grupo dos Viriatos, que participaram na guerra civil de Espanha, ao lado das forças nacionalistas do General Franco.



Na Ilha Terceira, nos Açores, estava estacionada a 5ª Bateria do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves e que tinha o logo que está neste sobrescrito, circulado em 1943, de **Sempre Primeiro**.

No verso da carta um carimbo de censura militar usado pelo censor 11 na Ilha Terceira.

A Conferência de Casablanca, realizada de 14 a 24 de Janeiro de 1943, concluiu que os Açores eram um ponto estratégico, para o apoio à marinha, navegação e avião de Inglaterra.

Assim em 16 de Junho de 1943 o embaixador britânico em Lisboa, Ronald Campbell, entrou em negociações com Oliveira Salazar.

No Atlântico Norte a Alemanha desenvolvia uma grande actividade submarina, pelo que os Açores eram importantes, para a Inglaterra fazer o combate aos submarinos alemães.

Salazar mostrou-se preocupado, dado que Portugal mantinha a sua posição de neutralidade.

Porém aceitou estudar o assunto, desde que a Inglaterra respeitasse a soberania portuguesa na Europa e das colónias portuguesas.

Depois de muitas negociações em Londres, ambas as partes chegaram a acordo e a 17 de Agosto de 1943, estava pronto a assinar o texto.

Portugal entrava naquilo que se chama uma «neutralidade colaborante», afastado que estava o perigo em 1943, que a Alemanha invadissem a Península Ibérica.

A velha aliança luso-inglesa, estava de novo a funcionar

Os ingleses e os americanos instalaram-se na Ilha Terceira, criando aí uma base aérea, que seria de apoio a toda a aviação inglesa e americana.

Por sua vez toda a correspondência nos Açores, era obrigatoriamente censurada.

Na Madeira também a correspondência era censurada, embora não existissem nesta ilha bases militares estrangeiras.

Peço que me perdoem o atrevimento histórico, mas hoje, passados quase 80 anos do fim da II Guerra Mundial, pergunto se a neutralidade conseguida por Salazar terá sido o melhor para o nosso país?

Se Salazar tivesse participado na Guerra ao lado das potências do eixo e tendo estas perdido a mesma, estou certo que Salazar seria derrubado e Portugal, seguindo a vontade europeia, teria certamente implantado um regime democrático e todas as convulsões nacionais e coloniais, que tivemos a partir de 1960, nunca teriam acontecido.

Portugal seria mais moderno, menos atrasado e certamente teríamos um desenvolvimento, que só viemos a alcançar com o 25 de Abril de 1974 e este nunca precisaria de ter acontecido.

Por sua vez Londres resolve invadir o território português de Timor, com tropas australianas e holandesas.

Em Londres o embaixador português Armindo Monteiro, tudo fez para que essa invasão não se concretizasse, já que os aliados deviam ter «o mais absoluto respeito pela nossa soberania».

O governo inglês não acata os pedidos portugueses e resolve invadir o Timor português garantindo, que «logo que passasse a emergência» os holandeses e australianos deixariam a parte portuguesa de Timor.

O primeiro-ministro português Oliveira Salazar, protestaria veementemente contra esta atitude inglesa, que aceitava que forças australianas e holandesas invadissem um «território de um neutro, de um amigo, de um aliado» e dessa forma trazia a guerra para território português.



Bilhete – Postal enviado do Continente para a Madeira em 1944, e censurado na sua chegada pelo censor 50.

Perante isto, os japoneses decidiram ocupar o território português de Timor em 18 de Fevereiro de 1942, em resposta à ocupação de Timor em 17 de Dezembro de 1941 por forças australianas e holandesas, isto tudo apesar dos protestos do governo do Dr. Oliveira Salazar, 1º Ministro Português.

O embaixador japonês por sua vez, desculpa-se perante Salazar argumentando, que o Japão respeitava a neutralidade de Portugal, mas que o território de Timor tinha sido ocupado por forças adversárias, tendo sido o Japão obrigado a invadir Timor, para expulsar o inimigo. Prometeu a Salazar, que os japoneses deixariam Timor «logo que o propósito de defesa legítima seja atingido»

O governo português protestaria dizendo ao Japão, que «a violação cometida pelos outros não legitima a do Japão».

O que é certo, é que os japoneses ficariam no território de Timor durante 3 anos e meio, que seriam de enorme violência, até Timor ser devolvida a Portugal.

Quando o exército japonês deixou Timor, depois de perder a guerra, o governo português para celebrar, mandou que os selos emitidos em Timor do Império Colonial Português em 1938, fossem então sobrecarregados com a palavra LIBERTAÇÃO.



Sobrescrito enviado de Dili para Lisboa, em 1949, franqueado com selos de Timor de correio terrestre, sobrecarregados com a palavra **LIBERTAÇÃO**, comemorativa da saída das forças japonesas de Timor. Selos sobrecarregados em 15 de Março de 1947.



Par de selos do correio aéreo de Timor, sobrecarregados com a palavras **LIBERTAÇÃO**, emitidos em 15 de Março de 1947.

Por último temos o caso do Cônsul-Geral Português, em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, que perante o desespero de muitos refugiados judeus, passou milhares de vistos sem ter o consentimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, desobedecendo às ordens de Oliveira Salazar.

Com esta atitude altruísta, salvaria milhares de judeus de uma morte cruel, às mãos dos nazis.

Mas para além dos vistos, Aristides de Sousa Mendes também daria recolhimento em sua casa a muitos refugiados judeus, o que contrariava aos ordens recebidas de Portugal.

Descoberto, foi acusado por Teotónio Pereira, homem do Estado Novo e próximo de Salazar de «dar acolhimento à escória dos regimes democráticos».

Oliveira Salazar não perdoaria a Aristides Sousa Mendes a desobediência e este seria julgado e condenado a uma redução de metade do salário durante um ano, seguida de aposentação compulsiva, ficando na mais completa miséria.

Oliveira Salazar não perdoava a quem lhe desobedecia, e muito menos a quem tinha afrontado os seus amigos alemães.

Terminada a II Guerra Mundial, Portugal continuava paulatinamente com a sua *Ditadura Nacional*, que iria provocar outros momentos de grande tensão política, quando muitos já pretendiam o fim da ditadura e o começo da democracia.

Vamos então analisar outros factos, que nos conduziriam ao 25 de Abril de 1974 e em especial alguns ilustres interlocutores, que marcariam a nossa história recente.

GENERAL NORTON DE MATOS

Nasce em Ponte de Lima em 23 de Março de 1867 e morre na mesma terra em 21 de Janeiro de 1955.



Aristides de Sousa Mendes, que salvou milhares de judeus de uma morte certa, às mãos dos nazis. Sofreria graves represálias de Oliveira Salazar, que não lhe perdoaria por ter tomado esta decisão.



O General Norton de Matos, uma das mais brilhantes figuras da 1ª República e opositor ao Estado Novo.

Em Junho de 1931, era fundada a Aliança Republicana-Socialista que pretendia contrapor-se à União Nacional.

Era composta pela coligação de antigos partidos da República e tinha à sua frente o contra Almirante José Mendes Cabeçadas, que representava a União Liberal Republicana.

Norton de Matos por sua vez, também integrava esta frente de partidos, representando o Partido Republicano Português.

Norton de Matos era um ilustre republicano da 1ª República, e sendo um grande colonialista, foi ministro das Colónias na 1ª República, entre muitos outros cargos.

Norton de Matos era professor do Instituto Superior Técnico, tendo sido passado compulsivamente à reforma pelo Estado Novo.

Foi Grão-Mestre da Maçonaria em 30 de Abril de 1930, cargo que ocupou até 1935, altura em que foram proibidas

as associações secretas.

O velho general republicano, foi candidato à presidência da República, nas eleições presidenciais de 1949, tendo como objectivo o regresso da democracia.

Reunia um grande apoio dos portugueses, fartos da *Ditadura Nacional*, que reprimia o país, chegando a juntar milhares de portugueses nos comícios, às vezes mais de 100.000 pessoas como aconteceu no Centro Hípico de Fonte de Moura, na cidade do Porto.

No entanto Oliveira Salazar opunha-se a este velho republicano, apoiando Óscar Carmona, seu companheiro político e correligionário, tendo imposto grandes restrições à liberdade de Norton de Matos na sua campanha eleitoral.

Este perante estas restrições, e temendo uma enorme fraude eleitoral, decidiu desistir da sua candidatura.



Norton de Matos foi candidato à presidência da República em 1949, mas desistiu em face da fraude eleitoral que se previa.



Marechal Craveiro Lopes, um homem inconformado com a ditadura.

A sua relação com Oliveira Salazar, foi sempre distante e fria, já que recebendo os democratas e ouvindo as suas queixas, não podia ser uma pessoa do agrado do ditador.

Chegou mesmo a correr a notícia, que Craveiro Lopes pretendia substituir Oliveira Salazar, tendo por isso cumprido apenas um único mandato de 7 anos.

Craveiro Lopes seria promovido a Marechal da Nação em 1958, após deixar a presidência da República.

Em 13 de Abril de 1961, esteve envolvido numa tentativa de golpe militar, para acabar com o regime ditatorial, promovido por Botelho Moniz, onde as chefias militares se reuniram para derrubarem Salazar.

O 25 de Abril de 1974 estava em marcha 13 anos antes, onde os militares percebiam muito bem, que a guerra colonial não teria solução militar, mas política.

GENERAL CRAVEIRO LOPES

Nasce em Lisboa em 12 de Abril de 1894 e morre nesta mesma cidade em 2 de Setembro de 1964.

Este militar tinha participado na I Grande Guerra em Moçambique, conquistando aí pela sua bravura a Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Foi deputado na Assembleia Nacional de 1945 a 1949 e foi ainda comandante da Legião Portuguesa, para além de muitos outros cargos que exerceu.

A União Nacional, após a morte de Óscar Carmona, escolheu o general Francisco Higinio Craveiro Lopes, da Força Aérea, para substituir aquele último.

Foi o candidato único à presidência da República, cargo que exerceu de 1951 a 1958.



A relação do Presidente Craveiro Lopes com Oliveira Salazar, foi sempre distante.

GENERAL HUMBERTO DELGADO

Nasceu na freguesia da Brogueira, em 15 de Maio de 1906.

Com a patente de alferes, participa no 28 de Maio e 1926.

Seria inicialmente um fiel apoiante da Ditadura Nacional, tendo ocupado importantes cargos em território nacional e no estrangeiro.

Contudo viria a distanciar-se, quando apresenta a sua candidatura em 1958 à Presidência da República.

A sua longa estadia no estrangeiro e em especial nos Estados Unidos, fizeram-no mudar de opinião relativamente ao regime ditatorial, que prevalecia em Portugal.

Concorreu à eleição presidencial de 8 de Junho de 1958, recebendo apenas 23% dos votos, o que se tornou revelador de uma enorme fraude eleitoral, se tivermos em conta o enorme apoio que teve dos portugueses à sua candidatura, cansados da repressão e da ditadura implacável.

Estas eleições foram sem dúvida, de uma enorme contestação à ditadura e a Salazar.

O povo português estava cansado da arrogância e prepotência de Salazar, e da ditadura do regime do Estado Novo.

Depois da eleição presidencial, Humberto Delgado criticou duramente a PIDE, por ter prendido várias personalidades da oposição.

Como consequência sofreu um processo movido pelo Secretariado de Estado da Aero-

náutica, que o demitiu de oficial-general da força aérea.

Em 14 de Abril de 1959, Humberto Delgado recebe na embaixada do Brasil em Lisboa asilo político, embaixada onde se encontrava desde 12 de Janeiro de 1959, para evitar ser preso pela PIDE, tendo nesse mesmo ano seguido para o Brasil.

Foi um feroz opositor da Ditadura Nacional, tendo organizado a Revolta de Beja, que consistia no ataque ao quartel de Beja e a partir dali seria desencadeado o envolvimento de outras unidades militares em Portugal, para libertar o país da ditadura.

Este golpe falharia e a polícia política da ditadura, imediatamente congeminou uma acção para eliminar Humberto Delgado.

Humberto Delgado seria atraído a um falso encontro em Espanha, perto de Olivença, onde se encontraria com supostos opositores da ditadura, encontro este organizado pela PIDE em 13 de Fevereiro de 1965, tendo sido assassinado pela polícia política.

A Ditadura Nacional e Oliveira Salazar, não perdoavam.

Seria mais um prego no caixão da ditadura, que sucumbiria 9 anos depois, em 25 de Abril de 1974.

É conhecido na nossa história pelo "General sem Medo" e encontra-se sepultado no Panteão Nacional, como um dos maiores de Portugal.



O General Humberto Delgado, um mártir da ditadura, candidato à Presidência da República em 1958.



Selo evocativo do General Humberto Delgado, comemorativo do centenário do seu nascimento.

ALMIRANTE AMÉRICO TOMÁS

Foi outra das figuras ditatoriais do final do Estado Novo.

Nasce em Lisboa em 19 de Novembro de 1894 e morre em Cascais em 18 de Setembro de 1987.

De 1944 a 1958 é Ministro da Marinha dos governos de Oliveira Salazar, tendo ocupado antes outros importantes cargos.

É escolhido para substituir na Presidência da República Craveiro Lopes.

A justificação oficial foi que o ramo da Marinha exigia agora, que o próximo Presidente da República fosse um marinheiro.

Foi eleito para Presidente da República nas eleições de 8 de Junho de 1958, com 75% dos votos.

Contudo em 1965, já seria eleito por um colégio eleitoral.

Américo Tomás fazia parte da facção dura do regime pertencendo ao grupo de general Kaulza de Arriaga, um militar de extrema direita do regime, sendo adepto da solução militar para a guerra colonial.

Salazar após a eleição presidencial de 1959 e para evitar novo perigo de eleição directa, como tinha acontecido com o general Humberto Delgado, alterou a Constituição pela lei 2100, sendo o presidente eleito por um colégio eleitoral, cabendo à Assembleia Nacional, Câmara Cooperativa,

representantes dos territórios ultramarinos e câmara municipais a tarefa de passarem a eleger o Presidente da República.



O Almirante Américo Tomás em selos evocativos das suas viagens ao ultramar português.



O Almirante Américo Tomás Presidente a República desde 1958 até ao 25 de Abril de 1974, altura em que foi demitido e preso. Foi um dos elementos mais conservadores e pertencia ao grupo de Kaulza de Arriaga.

A Ditadura Nacional não corria riscos e impunha-se de forma antidemocrática, já que os membros das duas câmaras eram também eleitos em listas únicas.

O almirante Américo Tomás seria eleito sucessivamente em 1965 e 1972 e manter-se-ia no cargo até ao 25 de Abril de 1974, altura em que foi preso e formalmente demitido de Presidente da República.

O 25 de Abril de 1974, não teve compaixão para com os actores da Ditadura Nacional.

A EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA E A IGREJA NO ESTADO NOVO



Esta exposição realiza-se no Palácio de Cristal no Porto, em 1934.

Foi inaugurada por Óscar Carmona e esteve patente ao público 3 meses.

▶ Selo de 25 centavos da Exposição Colonial Portuguesa, a franquear um sobrescrito expedido em 1934.

A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Esta exposição destinava-se a comemorar o duplo centenário da fundação da nação, em 1140 e da restauração da independência às mãos dos espanhóis, em 1640.

Salazar pretendia «apresentar uma síntese da nossa acção civilizadora, da nossa acção histórica do Mundo, mostrar, por assim dizer, todas as pegadas e vestígio de Portugal no globo».

Tinha também como objectivo, a exaltação do passado histórico português, fundamental para a consolidação da política do Estado Novo.

Esta exposição foi projectada, pelo grande arquitecto português Cottinelli Telmo.



Selo de 10 centavos, emitido em 1940, com a vista geral da Exposição do Mundo Português.



Série filatélica emitida em 1940, relativa à Exposição do Mundo Português e de exaltação dos valores históricos de Portugal.

Uma das peças monumentais apresentadas, foi o Padrão dos Descobrimentos, de autoria de Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida e ainda hoje existente no local.

Iniciou-se em 21 de Junho de 1940 e teve o seu termino em 23 de Dezembro de 1940.

SANTO ANTÓNIO

Mas o novo regime continuava a apoiar-se na Igreja Católica.

A 14 de Junho de 1931, celebrou-se o 7º centenário da morte de Santo António, realizando-se o Congresso Nacional Antonianiano, sendo seu presidente o Cardeal Cerejeira, amigo de Oliveira Salazar e figura primeira do novo regime.

Quanto às relações com a Igreja, a Ditadura Nacional resolveu devolver à Igreja todo o imobiliário, que lhe tinha sido retirado pela 1ª República e bem, porque bastas vezes nunca lhe tinha pertencido.



Série evocativa do 7º Centenário da Morte de Santo António de Lisboa, emitida para o Congresso Nacional Antoniano.

Contudo os edifícios, que entretanto tinham sido ocupados com serviços administrativos, continuaram de posse do Estado.

Mas para compensar isto, o Estado fazia inúmeras obras em edifícios, que pertenciam à Igreja Católica.

Voltava a Igreja e o Estado, a juntar os seus interesses comuns.

À Igreja interessava este Estado cooperante e protector e ao Estado interessava-lhe uma Igreja protectora e apoiante da sua política, mesmo repressiva e tortuosa.

A EDUCAÇÃO

De início seria uma das grandes preocupações da Ditadura Nacional. São construídos alguns liceus e muitas escolas primárias.

Contudo o Estado Novo foi incapaz de modernizar o ensino, e qualificar os jovens portugueses.

A escolaridade obrigatória, era de apenas 4 anos!

Chegados ao 25 de Abril de 1974, Portugal tinha ainda um analfabetismo de 50% da população.

O 25 de Abril de 1974, sentiu a necessidade de colmatar este grave problema, tendo-se iniciado uma campanha de alfabetização das povoações, em especial no interior do país.



Selos dedicados à educação no Estado Novo, emitidos em 1954.

AS PONTES DO ESTADO NOVO

A ponte sobre o Tejo em Vila Franca de Xira foi inaugurada em 30 de Dezembro de 1951, e foi-lhe dado o nome de Ponte Marechal Carmona.

A ponte sobre o Tejo em Lisboa, chamada de Salazar e hoje 25 de Abril, foi inaugurada em 1966.

Ambas as pontes tiveram uma relevante importância no acesso ao sul do país, e ao desenvolvimento da região metropolitana de Lisboa.



A Ponte Marechal Carmona em Vila Franca de Xira, num selo emitido em 1952.



A Ponte Salazar aqui retratada, num selo emitido para o efeito em 1966. Depois do 25 de Abril de 1974, foi-lhe atribuído o nome de Ponte 25 de Abril.

Estas duas pontes foram das obras mais relevantes construídas pelo Estado Novo, embora nunca tivessem sido acompanhadas por boas vias de comunicação, que pudessem desenvolver o país, como era necessário.

AS PRISÕES POLÍTICAS NO ESTADO NOVO

O Estado Novo perseguiria os cidadãos, que a ele se opusessem e em muitos casos eram presos e severamente tratados, com julgamentos sumários e muitos sem sequer terem direito a um julgamento justo.

Existiram 4 prisões políticas no Estado Novo, sendo estas o Aljube, Caxias, Peniche e o Tarrafal.

Vamos fazer a visita a duas delas, de que existem documentos postais, apresentando factos, que revelam a brutalidade de tais instituições.



Bilhete-Postal enviado do correio do Tarrafal para Lisboa, em 30 de Agosto de 1942.

COMECEMOS PELA COLÓNIA PENAL OU CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO TARRAFAL

A ditadura teve uma posição altamente repressiva, direi mesmo castradora dos mais elementares princípios democráticos e direitos humanos.

Baseado nos campos de concentração, construídos na Alemanha por Heinrich Himmler, o regime do Estado Novo criaria um campo de detenção, chamado pelas entidades oficiais pomposamente como Colónia Penal do Tarrafal.

Tinha esta designação o objectivo de iludir a imprensa e autoridades internacionais, sobre o verdadeiro fim desta instituição prisional.

Este campo de terror e tortura do Estado Novo, duraria 19 anos, de 1936 a 1954, ten-

do sido criado pelo decreto 26539 de 23 de Abril de 1936.

Contudo os presos políticos que aí se encontravam, e muitos portugueses, designavam-no por Campo de Concentração do Tarrafal.



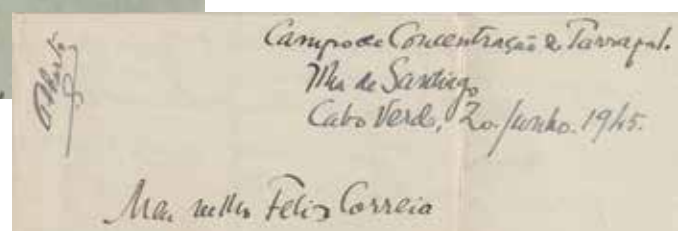
Sobrescrito enviado para Lisboa, pelo prisioneiro político Armando Azevedo, do Campo do Tarrafal onde se encontrava preso.

Este preso político esteve preso no Tarrafal de 29 de Janeiro de 1942 a 23 de Janeiro de 1946. No verso do sobrescrito este preso político escreve:

Colónia Penal do Tarrafal.

Contudo dentro do sobrescrito estava uma carta, onde Armando Azevedo escrevia: **Campo de Concentração do Tarrafal, Ilha de Santiago, Cabo Verde 20 de Junho de 1945.**

A marca de censura é assinada pelo capitão David Prates da Silva.





Vista onde se localizava o Campo do Tarrafal em Cabo Verde.

Os campos de concentração hitlerianos, tinham de início apenas presos políticos, que normalmente resumiam-se a comunistas e sociais democratas.

Também a Colónia Penal do Tarrafal, tinha basicamente opositores ao regime ditatorial do consulado salazarista, sendo estes presos republicanos e comunistas

Este Campo de Concentração ficava situado em Cabo Verde, na Ilha de Santiago.

Criado por António de Oliveira Salazar, tinha como objectivo o de «suprimir fisicamente os antifascistas mais combativos e para, ao mesmo tempo, aterrorizar todos os que, ansiosos de liberdade, combatiam a tirania salazarista», assim escrevia Francisco Miguel em «Tarrafal Testemunhos.»

O campo era composto inicialmente por barracas de madeira, destinadas não aos presos, mas como secreta-

ria, instalação dos guardas, comando militar e oficinas.

Os primeiros prisioneiros eram marinheiros oriundos da revolta de 8 de Março de 1936, realizada a bordo do *Afonso de Albuquerque*.

Este navio estaria em Espanha, com a missão de apoiar as forças nacionalistas de Francisco Franco. Contudo a sua tripulação recusava-se a desembarcar nos portos controlados pelos franquistas. Chegados a Lisboa foram todos presos e considerados revolucionários, tendo sido enviados em 18 de Outubro de 1936, para a Colónia Penal do Tarrafal, inaugurando este recinto prisional.

A baía do Tarrafal era uma zona de paludismo e encontrava-se na Achada Grande do Tarrafal, onde foi instalado o campo.

Os presos eram bastas vezes atacados de paludismo, sem que recebessem qualquer assistência das autoridades, pelo que acabariam muitos deles por morrer.

Chegados ao Tarrafal foram alojados inicialmente em barracas de lona e recebiam dois fatos de caqui, duas camisas, dois pares de cuecas, um chapéu de palha e umas botas.

A água era muito escassa, pelo que cada preso tinha 1 litro de água para se lavar. Para beber não podiam ferver a água, o que causou imensas doenças entre os prisioneiros.

Qualquer irregularidade no Campo, como por exemplo não tirar um chapéu ao aparecimento de um superior, levava o preso a ser colocado na “Frigideira” durante muitos dias. Tratava-se de uma construção de cimento sem respiradores e escura, sem colchões e estando exposta ao sol, a temperatura atingia níveis insuportáveis.

A comida era de péssima qualidade, só melhorando com o fim da 2ª Guerra.

A alvorada era às 5 horas da manhã, sendo muitos dos presos conduzidos à pedreira, onde trabalhavam todo o dia, com um descanso para almoço, às 10 horas e 30 minutos.

Ao Domingo podiam escrever às famílias, sendo isto feito no refeitório sob a vigilância dos guardas.

A correspondência saída e entrada era toda censurada, pelo Director do Campo.

Os jornais e revistas eram proibidos, não sabendo os presos o que se passava no mundo exterior.

Quanto aos livros, existiam directores do Campo do Tarrafal, que os autorizavam e outros não.

O último preso do Tarrafal foi Francisco Miguel, que em 26 de Janeiro de 1954 deixou a Colónia Penal com destino à cadeia de Peniche, data em que encerrou este verdadeiro campo de concentração.

A repressão física e intelectual, eram uma constante.

Estiveram presos no Campo do Tarrafal, 335 presos políticos.

Morreram neste campo de concentração, entre 29 de Setembro de 1937 e 29 de Dezembro de 1948, 32 presos políticos, podendo-se assim constatar das tremendas condições a que eram sujeitos estes homens, só porque não pensavam como pretendia Salazar e o seu regime.



Sobrescrito enviado em 12 de Outubro de 1943, para o Dr. Júlio (Monteiro) de Macedo preso em Cabo Verde, entre 27 de Junho de 1942 e 13 de Dezembro de 1943.



Sobrescrito enviado para Lisboa em Dezembro de 1951, por Luís Marques de Figueiredo, que esteve preso 16 anos no Campo do Tarrafal, de 29 de Outubro de 1936 a 22 de Setembro de 1952.

No verso pode-se ver a marca da censura e no remetente a designação de Preso Político.



Sobrescrito enviado por Herculano Marques Gouveia, em Dezembro de 1940, preso político no Tarrafal de 12 de Junho de 1937 a 25 de Setembro de 1944. (Documento gentilmente cedido pelo Dr. Luís Frazão)

PASSEMOS AGORA À PRISÃO DE PENICHE

No forte de Peniche, funcionava outra prisão política do Estado Novo.

Começou a ser utilizada como presídio na época das invasões francesas, continuando a sê-lo nas guerras liberais.

Em 1934 o Estado Novo começa a usá-la como prisão, para os dissidentes políticos, tendo encerrado apenas em 22 de Fevereiro de 1976, com a saída para Alcoentre de ex-ministros do governo da ditadura do Estado Novo e de ex-agentes da PIDE.

Por lá passaram mais de 2500 homens.

Prisão de alta segurança, era mais humana que o Campo do Tarrafal, embora continuasse a ser altamente torturadora e repressiva dos presos políticos.

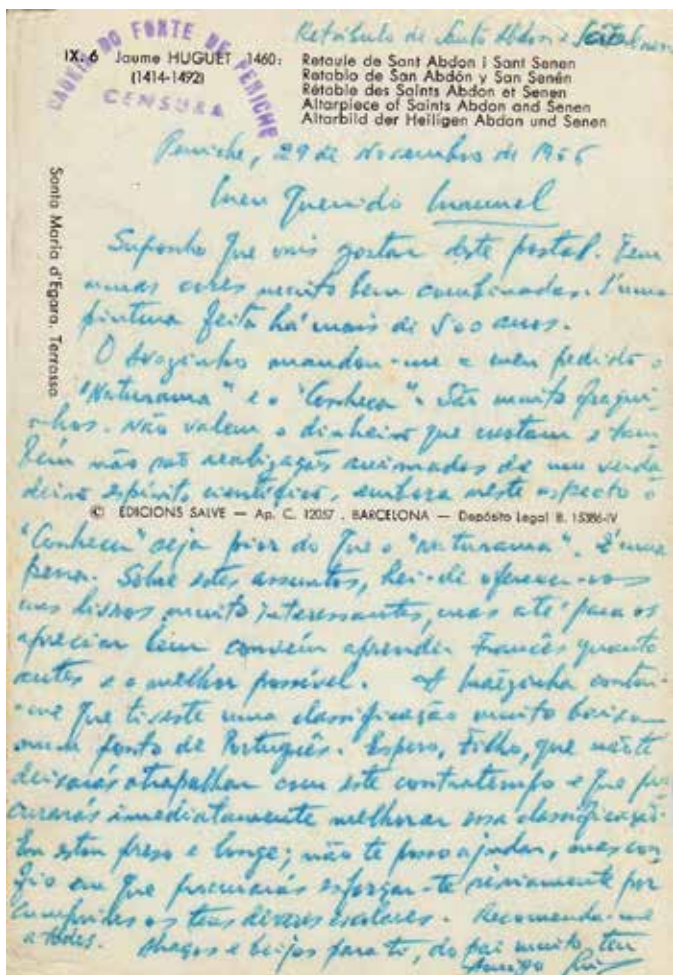
É desta prisão que se deu em 1960, a célebre fuga com outros 10 companheiros de Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, com a conivência de um guarda da Guarda Nacional Republicana.

Os presos eram torturados, com a tortura do sono e da estátua, eram bastas vezes espancados e estavam fechados nas celas 20 horas por dia, saindo apenas para as refeições e um recreio a seguir ao almoço.

A correspondência só podia ser enviada para familiares chegados e tanto a que saía como a que entrava, era censurada. Os livros, tal como no Tarrafal, também eram proibidos. Por sua vez nos jornais as notícias importantes eram cortadas, para os presos não serem informados, do que se passava fora da prisão.

As janelas das celas eram de vidro martelado, para evitar que os presos pudessem ver o exterior.

Os presos políticos entravam em Peniche e tinham o chamado período de «observação», que durava em princípio 6



Postal enviado da Cadeia de Peniche, em 29 de Novembro de 1966, tendo sido censurado à saída.

meses, mas houve casos que chegaram aos 5 anos. Durante este período, o preso estava impedido de contactar os outros presos.

Existia aqui um parlatório completamente controlado pela GNR e PIDE, que ouviam tudo o que era dito e se algo não lhes agradava, podiam interromper de imediato a visita e proibir as seguintes.

Durante os encontros, os familiares não tinham contacto físico com os presos. No Bloco C estavam os presos considerados perigosos. Foi neste bloco, que estava o comunista Álvaro Cunhal.

De 1934 a 1974 estiveram presos em Peniche mais de 2500 prisioneiros políticos.

A existência destes estabelecimentos de repressão, em muito contribuiriam para o desagrado dos portugueses quanto à sua existência, e para o 25 de Abril de 1974, como movimento libertador.



Postal enviado em 29 de Julho de 1971, para o Preso Político Vitor Rodrigues Soares, que se encontrava na Cadeia de Peniche, tendo sido censurado à entrada.

A GUERRA COLONIAL

Mas um dos factores que mais contribuiria para o descontentamento dos portugueses, e o seu cansaço para com a Ditadura Nacional, e para o desencadear da revolução de 25 de Abril de 1974, foi a guerra colonial, que a partir de 1961 se iria desencadear nas nossas colónias ultramarinas.

Em 1930 no governo de Domingos de Oliveira, Oliveira Salazar para além de ministro das Finanças, assumiu a título interino a pasta das colónias.

Salazar explicava qual era a sua visão e política, considerando Angola como a cabeça do império.

Em 1960 existia uma forte campanha na ONU, contra a política colonial portuguesa.

Seguia-se o princípio de «África para os africanos».

Na segunda metade do século XX, existia a nível mundial um movimento de descolonização das colónias.

Este viria a ser seguido, por grande parte dos países com assento nas Nações Unidas.

Contudo Oliveira Salazar discordava e seguia uma política de defesa e manutenção dos territórios ultramarinos, política esta que viria a seguir igualmente para a Índia Portuguesa, com péssimos resultados.

Em 1961 realizou-se em Casablanca, em Marrocos, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, onde foi discutida a necessidade de se juntarem os esforços de todos os movimentos independentistas nas colónias portuguesas, contra o país colonizador, que era Portugal.

Por sua vez os movimentos de libertação pretendiam a «*liquidação do colonialismo, instauração de um estado republicano e democrático, igualdade étnica, de classe, sexo, política e religião, liberdade de expressão, a terra para quem a trabalha, luta contra o analfabetismo, luta contra o desemprego, um exército nacional e relações com todos os países, com base no respeito pela soberania*».

Em 1965 os candidatos da oposição, enviaram a Salazar um Manifesto ao País, onde claramente expressavam, que o problema colonial não tinha solução militar, mas apenas política.

Enquanto outras potências coloniais, após a 2ª Guerra Mundial, tinham compreendido a nova política mundial e tinham concedido a independência às suas colónias, Portugal continuava a teimar em manter os seus territórios africanos, com o pretexto, que já aqui se encontrava há mais de 400 anos, não compreendendo como o mundo tinha mudado, desde o fim da II Guerra Mundial.

Os países componentes das Nações Unidas, desde meados dos anos 50 do século passado, que defendiam a descolonização dos territórios africanos.

Por sua vez pretendiam as autoridades portuguesas, que Portugal fosse considerado uma «*Nação euro-ultramarina*», com o argumento que estávamos há séculos em África, ao contrário dos outros países, que estavam em África há muito pouco tempo.



Postal publicado pelo Estado Novo, exaltando a grandeza de Portugal estampada nas suas colónias.

A própria Igreja Católica, com o seu silêncio, acabava por apoiar o regime ditatorial e vozes desta contra a situação, como o bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, eram rapidamente silenciadas, com perseguições e deportações.

As operações militares decorreram principalmente em 3 territórios ultramarinos, Angola, Guiné e Moçambique.

A Guerra Colonial gastava metade do orçamento português e com os seus 13.000 mortos e com efectivos de 100.000 militares nas 3 colónias, seria o último acto de um drama trágico, que tinha começado em 28 de Maio de 1926.

Foi quanto a mim a causa primeira e última do desencadear da Revolução do 25 de Abril de 1974.

ANGOLA

Em Angola existiam 3 movimentos, o MPLA- Movimento para a Libertação de Angola, do médico Agostinho Neto e apoiado pela União Soviéticas, a UPA – União dos Povos de Angola e mais tarde a ELNA- Exército de Libertação de Angola, que era o braço armado da FNLA – Frente de Libertação Nacional para a Libertação de Angola, chefiada por Holden Roberto, sendo apoiada pelos Estados Unidos e pelo Zaire e mais tarde apareceria um terceiro movimento, a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola, chefiada por Jonas Savimbi e apoiada pela África do Sul, ao tempo ainda no regime segregacionista do Apartheid, tendo também apoios da China.

A 2 de Janeiro de 1961, elementos da UPA iniciaram a rebelião armada em Angola na Baixa de Cassangue, enquanto em Luanda a 4 de Fevereiro de 1961, se realizava um assalto à esquadra da Polícia de Segurança Pública.

A 15 de Março de 1961, a UPA invadia o Norte de Angola, protegida pela condenação de Portugal nas Nações Unidas, relativamente à sua política colonial.

Foi uma invasão brutal, que provocou cenas de grande barbárie na população portuguesa que aí vivia, e onde foram mortas mais de 7000 pessoas.



Sobrescrito expedido em Angola, com uma sobrecarga de exaltação à guerra colonial: **PORTUGAL DE SEUS FILHOS SERÁ MAIOR SE COOPERAR NO ESFORÇO NACIONAL.**



Sobrescrito expedido em Angola, com uma sobrecarga de exaltação à guerra colonial: **TRABALHO PROGRESSO E PAZ ESTA É A ANGOLA PORTUGUESA.**

Grande parte da população branca, principalmente as mulheres e crianças, retiraram para Luanda ou para o Continente, tendo ficado os homens a defender o território, enquanto não chegaram tropas enviadas por Oliveira Salazar.

A 15 de Maio de 1961, Portugal enviou as primeiras forças para combater a guerrilha, que vinha a partir do Congo Belga, mais tarde República Popular do Congo ou Zaire.

A FNLA inicia as suas intervenções militares, em 19 de Maio de 1968.

Por sua vez a UNITA iria começar a luta armada, contra o regime colonialista português, em Dezembro de 1966.

Os americanos e a administração Kennedy, entendiam que Portugal devia dar a independência a Angola e Moçambique. Começou então uma guerra de guerrilha, que iria durar 13 anos e que causaria alguns milhares de mortos.



Sobrescrito expedido em Angola, com uma sobrecarga de exaltação à guerra colonial: **TODOS UNIDOS TORNAMOS ANGOLA MELHOR**.

GUINÉ

Amílcar Cabral nasceu em 1924 e morreu em 1973.

Filho de pai cabo-verdiano e de mãe guineense, foi aluno da Escola de Regentes Agrícolas de Santarém e licenciou-se em 1958, no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa.



Selos da Guiné independente, com a imagem de Amílcar Cabral fundador do PAIG. Selos emitidos em 1975.



Sobrescrito expedido da Guiné para Lisboa por um militar com o número SPM – 0138.

Escreveria diversas cartas a Salazar, a propor-lhe a negociação para a independência de Cabo Verde e da Guiné, sem nunca ter obtido qualquer resposta.

Foi nomeado pelo governo português, para director do Centro Experimental Agrícola de Bissau.

Viria a ingressar no MPLA, movimento de libertação de Angola, cuja ideologia levaria para a Guiné e Cabo Verde, em especial para o PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, do qual foi fundador e Presidente e que realizava todas as operações de guerrilha, contra a ocupação portuguesa





► *Bilhete-Postal expedido da Guiné para Lisboa por um milltar SPM – 0068.*

essencialmente na Guiné, já que em Cabo Verde nunca existiram operações militares de libertação.

Em Lisboa na Casa dos Estudantes do Império, relacionou-se com outros grados nomes dos movimentos independentistas coloniais, como Agostinho Neto, Mário de Andrade, Eduardo Mondelane e Marcelino dos Santos, profes-

sando a ideia da *reafricanização dos espíritos*.

Com o Dakar e a Guiné Francesa independentes, começaram a vir destes territórios algumas acções militares de guerrilha, contra a presença portuguesa nesta nossa colónia.

Em 1963 começaram a realizar-se outras incursões de guerrilha na Guiné, oriundas do Senegal e da Guiné Conacri, estando estabelecido neste último país o quartel general do PAIGC.

A principal acção desenrolou-se em Janeiro de 1963, com o ataque ao quartel de Tite, que ficava situado ao sul do rio Geba.

O PAIGC controlava metade do território da Guiné-Bissau e em 1973, de forma unilateral, declarou a independência do território.



► *Selos da Guiné independente, com a imagem de Amílcar Cabral fundador do PAIG. Selos emitidos em 1974, mas comemorativos da independência.*

MOÇAMBIQUE

O incidente de Mueda, em Cabo Delgado, em 16 de Junho de 1960, foi o rastilho para a guerra em Moçambique.

Neste dia reuniram-se em Mueda com o governo da região, milhares de agricultores.

Exigiam melhores condições para desempenharem a sua actividade e solicitavam também autorização para a criação de cooperativas.

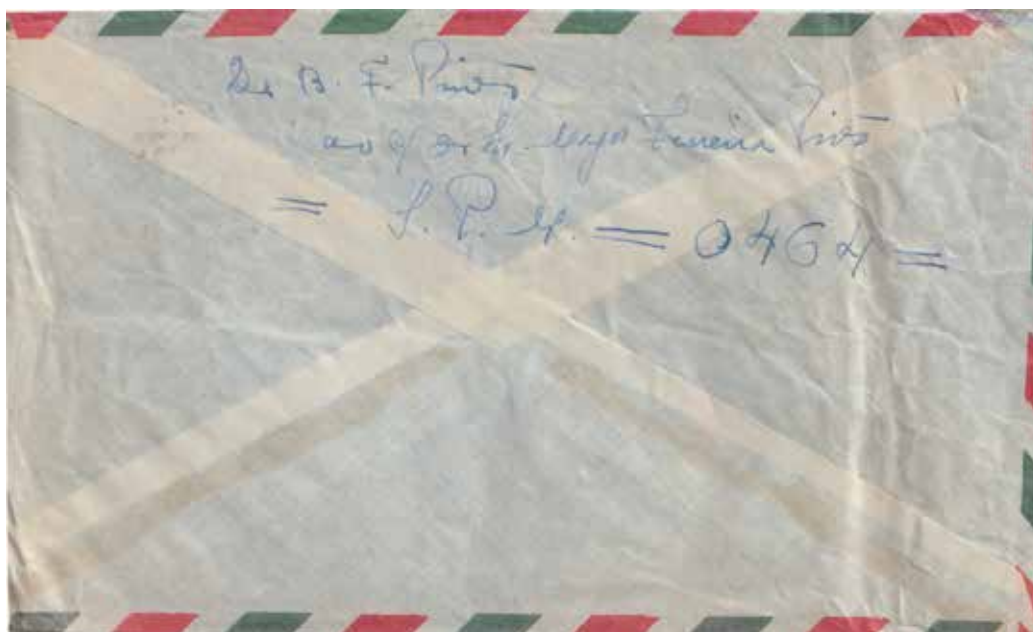
Como não chegassem a acordo, e perante a insistência dos agricultores, as autoridades dispersaram a multidão a tiro, tendo morto mais de 50 pessoas.

A partir deste incidente a população dos Macondes viria a ter uma participação importante na constituição da FRELIMO.

A FRELIMO é oriunda da união de três movimentos, a MANU – Mozambique African National Union, a UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique e a UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique e foi criada em 26 de Junho de 1962, tendo a chefia-la Eduardo Mondlane.

A luta armada da FRELIMO começaria em 25 de Setembro de 1964, ao ser atacado o posto administrativo do Chai em Cabo Delgado.

As acções militares estenderam-se depois aos distritos do Niassa, Cabo Delgado e Tete



Sobrescrito expedido de Moçambique para Lisboa, por um militar que tinha o número SPM – 0464 (Serviço Postal Militar).

INDIA

Há muito, que a União Indiana reclamava a integração do território da Índia Portuguesa, no seu espaço soberano.

Teimosamente Salazar e as autoridades portuguesas, rejeitaram sempre esta possibilidade.

Assim a 18 de Dezembro de 1961, a União Indiana iniciou o seu ataque aos territórios, que Portugal ainda detinha na Índia e a que chamava Estado da Índia.

Sobrescrito expedido da Índia, em 22 de Fevereiro de 1962, para Portugal, já com selos da República da Índia, mas ainda obliterados com os carimbos portugueses CTT-GOA.





► Sobrescrito de circulação interna, expedido a 4 de Janeiro de 1962, franqueado já com 3 selos da República da Índia e ainda dois selos portugueses, da série das Moedas de 1959 e uma sobrecarga de 1959. Os selos foram ainda obliterados, com os carimbos portugueses **ESTADO DA ÍNDIA – CTT-GOA**.

A resistência portuguesa durou escassas 36 horas, tal a desproporção das forças em presença no terreno.

O general Vassalo e Silva, vendo que as forças portuguesas nenhuma hipótese tinham de resistir, apresentou a rendição das suas forças, contra as

ordens de Oliveira Salazar.

Tal iria custar a este general português sérias represálias do regime ditatorial, que nunca perdoava a quem não lhe obedecia.

O CORREIO NA GUERRA COLONIAL



► Aerogramas usados na guerra colonial, pelas tropas portuguesas. (Peças gentilmente cedidas pelos Drs. Eduardo e Luís Barreiros)

Em todas as guerras o correio foi sempre fundamental para o contacto entre as forças em operações e os seus familiares. A 23 de Junho de 1961 criou-se o serviço de correio militar, o SPM – Serviço Postal Militar, sendo este organizado pelos CTT, que dispensavam um funcionário, que seria graduado em capitão e que organizaria o serviço.

Ernesto Tapadas foi o seu primeiro responsável.

Em Agosto de 1961, foi aprovado o uso de aerogramas, isentos de porte.

Para toda a correspondência era necessário indicar o nome, o posto e o número e indicativo do SPM, que tinha sido atribuído ao militar.

Inicialmente este serviço tinha como funcionários elementos dos correios graduados em oficiais e sargentos, segundo a hierarquia dentro dos serviços.

25 DE ABRIL DE 1974

Durante 48 anos os portugueses foram assistindo a um enorme conjunto de arbitrariedades e violências, contra o povo português e a um atraso generalizado do país.

A censura, a polícia política, as prisões políticas, as fraudes eleitorais, a repressão, as prisões arbitrarias julgadas nos tribunais plenarios, a tortura, a falta de liberdade, as prisões sem culpa formada, os presos políticos, a corrupção, o analfabetismo, o atraso da indústria, protegida por pautas aduaneiras lesivas do nosso desenvolvimento, o nosso generalizado atraso em comparação com os países europeus democratas, uma educação altamente deficitária, onde a escolaridade obrigatória era de 4 anos, uma pobreza generalizada, que obrigou milhões de portugueses a emigrar para as américas e Europa, à procura de uma melhor vida, muitas vezes longe da família, e por fim uma guerra colonial altamente lesiva da vida dos nossos jovens e das suas famílias, levando-os para conflitos muito longe da sua terra, com muitos perigos inerentes, onde mais de 13.000 perderiam a vida, fizeram com que o povo português estivesse cansado, saturado, de todo um clima social e político degradado, aspirando a uma mudança fundamental no nosso regime ditatorial de 48 anos.

Tudo isto seria a combinação perfeita para que pouco a pouco, depois da morte de



Sobrescrito franqueado com um par do selo comemorativo do 25 de Abril de 1974, emitido em Dezembro e 1974.



Sobrescrito comemorativo do 25 de Abril de 1975.



Bilhete-Postal comemorativo do 25 de Abril, com um desenho de uma criança do liceu de Leiria.

O general António de Spínola, um dos militares portugueses de maior prestígio, escreveria um livro de grande impacto, publicado em Fevereiro de 1974, *Portugal e o Futuro*, onde fazia o apanágio do fim do regime ditatorial e em especial considerava, que a guerra no ultramar estava perdida e teria que ter uma solução política. Era nessa altura Vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, tendo sido de imediato demitido por Marcelo Caetano, o herdeiro da Ditadura Nacional de Oliveira Salazar.

Este livro, que nunca foi censurado nas suas 5 edições, serviria como um importante apoio moral ao golpe, que um grupo de capitães estava a preparar a algum tempo.

Salazar, se iniciassem um conjunto de acções, que culminariam com uma revolução, que nos traria de novo a tão ansiada democracia e com esta a liberdade e a responsabilidade de pensarmos e decidirmos por nós, e não pela cabeça de ditadores apoiados numa Ditadura Nacional, caduca e repressiva dos mais elementares direitos humanos, que nos atrasaria o país em relação à Europa, por muitos e muitos anos.

Basta pensar, que na Europa democrática do século passado, havia a convicção, que esta acabava nos Pirineus e que para cá estaríamos ao nível do continente africano.

No final o Estado Novo tinha três facções: os salazaristas, os marcelistas e a «ala liberal».

Em 1973 foi realizado em Aveiro um congresso, que agregava as forças democráticas e onde é exigido o fim da guerra colonial e negociações para conceder a independência das colónias do império.

A contestação era cada vez mais forte e visível.

Assim um conjunto de militares iniciou a mudança do regime, preparando uma revolução.



A Democracia.

Ao aperceber-se disto, Kaúlza de Arriaga ilustre general do regime do Estado Novo, que pertencia ao grupo dos ultras do regime, tentou levar a efeito um golpe de estado de extrema-direita, com o intuito de derrubar Marcelo Caetano, que considerava um moderado do Estado Novo, e voltar assim o regime ainda mais à direita.

O levantamento falhado das Caldas, levado a efeito por militares próximos do general António de Spínola, em 16 de Março de 1974, seguido da cerimónia dos generais de apoio a Marcelo Caetano e ao Estado Novo, que decorreu na Assembleia Nacional e que ficou conhecido pela «Brigada do Reumático», pressagiava o início da revolução de Abril de 1974.

A 24 de Abril de 1974 foi iniciado o golpe, tendo como senha as canções *E Depois do Adeus* e *Grândola Vila Morena*, que foram passadas na rádio.

A 25 de Abril de 1974 o MFA - Movimento das Forças Armadas ocupou a rádio, o aeroporto, a Legião Portuguesa, a televisão e os ministérios, prenderam o presidente do Conselho Professor Marcelo Caetano e o Presidente da República Almirante Américo Tomaz e muitos ministros.

As regiões militares de Lisboa e Porto passaram a estar controladas pelo MFA-Movimento das Forças Armadas.

Extinguiram a PIDE, embora esta no dia 25 de Abril ainda tenha morto 4 cidadãos junto à sua sede na rua António Maria Cardoso, em Lisboa,

Tudo começou por uma querela no exército, relativa a capitães do quadro e capitães milicianos.

Tal foi o rastilho, para que os militares portugueses chegassem à decisão de irem mais longe, com o intuito de acabarem com um regime caduco e com a Ditadura Nacional, que oprimia os portugueses há longos 48 anos.

A reunião de capitães em Óbidos, em 1 de Dezembro de 1973, foi o ponto de partida para aqueles atingirem um nível diferente, sendo este um movimento político contra a ditadura e a guerra colonial.



O general António de Spínola, uma figura que a história julgará como entender. Forte personalidade, ideias políticas fortes, às vezes dissonantes da realidade do 25 de Abril, mas uma peça chave do 25 de Abril de 1974. A Democracia deve-lhe muito.



O Movimento das Forças Armadas, no 25 de Abril de 1974.

dida pelo general António de Spínola.

Este seria nomeado Presidente da República, por esta Junta de Salvação Nacional, cargo que ocuparia de 15 de Maio de 1974 a 30 de Setembro de 1974.

quando estes se manifestavam pacificamente contra esta polícia política.

Os agentes da PIDE foram presos, agora nas prisões de Peniche e Caxias, que tinham servido para os prisioneiros políticos do regime.

Nessa noite do 25 de Abril foi constituída uma Junta de Salvação Nacional, que era presi-

Dois dias após o 25 de Abril de 1974, eram libertados todos os 130 presos políticos, que ainda estavam presos nas prisões de Caxias e Peniche.

Não seria uma decisão pacífica, porque dentro da Junta de Salvação Nacional existia uma corrente que entendia, que não deviam ser todos libertados e que uns teriam cometido crimes, que deviam ser ainda julgados.

Enfim nuvens do passado recente, que ainda estava nas mentes de alguns militares, que talvez não tivessem entendido logo o alcance da revolução em curso.

O país partia para a democracia, para a liberdade e para a responsabilidade.



Série filatélica comemorativa do 1º ano do 25 de Abril de 1974, emitida em 1975.

O 25 de Abril teve a aliança da ala liberal, dos militares spinolistas e dos capitães do Movimento das Forças Armadas e adeptos da independência das colónias e democratização do país.

Com normalidade apareceram os partidos políticos, alguns formados pelos deputados liberais da Assembleia Nacional, como o PPD- Partido Popular Democrático, e que tinha a chefia-lo o Dr. Francisco Sá Carneiro, outros como o Partido Comunista Português, que saiu da sua clandestinidade, e tinha a chefia-lo o Dr. Álvaro Cunhal e por fim o Partido Socialista Português, que se ergueu da sua hibernação política e tinha a chefia-lo o Dr. Mário Soares.

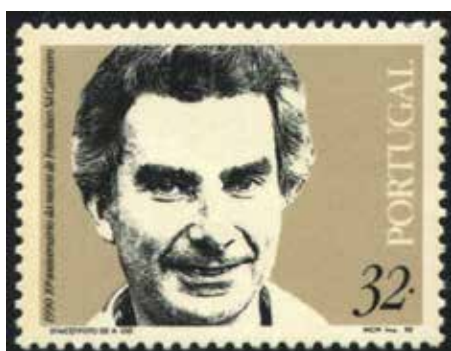
Muitos outros partidos, mais pequenos, seriam formados, embora existisse inicialmente um sentimento dos partidos da esquerda de deterem o monopólio da revolução, contra a direita democrática.

Neste ponto deste meu trabalho, quero contar um episódio curioso que se passou na política portuguesa e revelador da democracia e liberdade, que passou a existir no país.

Na emissão filatélica "Instrumentos do Trabalho" foi emitido pelos Correios de Portugal em 2 de Janeiro de 1980, um selo de 30\$00, onde o arco da forja que esse selo apresentava, estava interrompido, lembrando uma foice, o símbolo do Partido Comunista Português.

De imediato os outros partidos reclamaram.

Então os Correios de Portugal retiraram esse selo de circulação e substituíram-no por outro, onde o arco da forja foi completado, deixando de parecer uma foice.



O Dr. Sá Carneiro, Presidente do PPD- Partido Popular Democrático, mais tarde PSD- Partido Social Democrata, oriundo da Ala Liberal na Assembleia Nacional nos últimos anos do Estado Novo.

O Dr. Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunistas Português. ▶





O Dr. Mário Soares, Secretário-Geral do Partido Socialista Português.

Em 1975 é eleita uma Assembleia Constituinte, que iria aprovar a nova Constituição do país, que substituiria a velha de 1933 e que seria classificada como uma das mais progressistas da Europa, tendo os traumas de 48 anos de ditadura fascizante, contribuído para que assim fosse.



O selo de 30\$00 com a forja interrompida, lembrando uma foice, e assim fazendo propaganda ao Partido Comunista Português. ▶



Os CTT retiraram este selo e emitiram outro de 30\$00, com a forja fechada, aceitando as reclamações, que tinham sido feitas por outros partidos políticos.

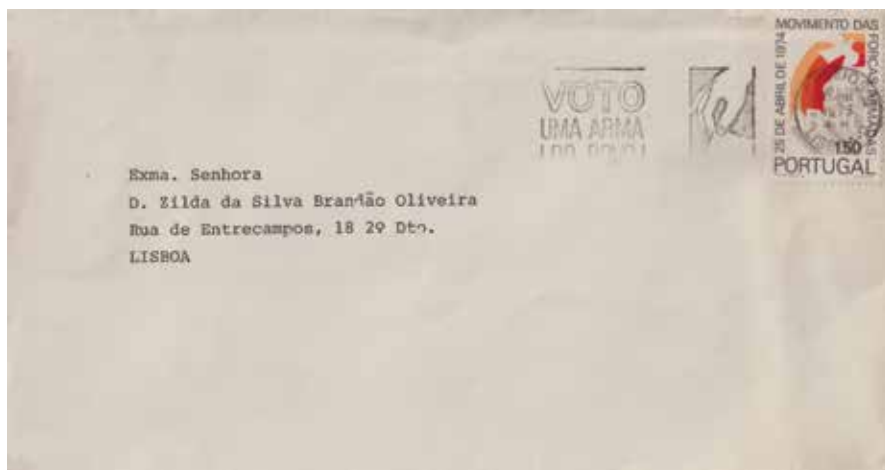
Com eleições livres e não fraudulentas, como acontecia no Estado Novo, o voto passou a ser uma arma do povo. ▶



A Assembleia Constituinte e a nova Constituição da 2ª República.



A Constituição de 1975, substituiu a velhinha Constituição de 1933.



Adelino da Palma Carlos, um ilustre advogado português, que tinha sido exonerado no Estado Novo de assistente do Instituto de Criminologia de Lisboa, por ser um crítico da ditadura do Estado Novo, foi o 1º ministro do 1º governo, após o 25 de Abril de 1974.

MFA-POVO UM PAÍS NOVO. A aliança do MFA com o povo era um dos lemas mais usados logo a seguir ao 25 de Abril, sendo a campanha de alfabetização um dos objectivos para reduzir os 50% de analfabetismo, que o Estado Novo tinha deixado no país em 25 de Abril de 1974. ▶



Contudo os democratas apareciam agora a ocupar os cargos, que há muito lhes estavam vedados. A guerra nas colónias foi suspensa e seguiram-se um conjunto de negociações para dar a independência às colónias portuguesas, embora houvesse um movimento por parte de António de Spínola, para se fazer uma federação de países. Tal proposta nunca vingaria, já que o tempo político a nível nacional e internacional era outro, e os movimentos independentistas das colónias nunca o aceitariam, depois de tantos anos de guerra. As instituições fascizantes do regime, como a Legião Portuguesa e a Mocidade foram extintas.



▶ Flâmula 3 ANOS PELA LIBERDADE E DEMOCRACIA, comemorativa dos 3 anos do 25 de Abril de 1974.



POVO MFA, campanhas de alfabetização.

Finalmente tínhamos a independência do império, 153 anos depois da primeira independência concedida a uma nossa colónia, que foi o Brasil.

A INDEPENDÊNCIA DO IMPÉRIO



Existem diversos símbolos da soberania de um país.

Um deles são os selos e outros valores postais.

Os novos países das ex-colónias portuguesas, não fugiriam a este princípio.

GUINÉ

Interessante carta enviada em Maio de 1975 **AO CAMARADA JOSÉ M. VAZ PEREIRA LDA**, já na Guiné independente, franqueada com selos das cobras ainda da colónia e emitidos em 1963 e com o selo de Amílcar Cabral, já emitido em 1975, pela Guiné independente. Repare-se ainda que **BANCO NACIONAL ULTRAMARINO** foi rectificado para **BANCO NACIONAL DA GUINÉ BISSAU**.



Sobrescrito da Guiné independente, expedido em Fevereiro de 1975, ao **CAMARADA JOSÉ**, usando apenas como franquia, selos das cobras da colónia, emitidos em 1963, sendo estes cancelados com carimbos portugueses dos CTT.

Sobrescrito enviado em 23 de Setembro de 1976, com a série a **HOMENAGEAR Amílcar Cabral** emitida pela Guiné-Bissau em 1976. Circulou com um selo adicional dedicado à **Travessia do Atlântico Sul** por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, emitido pela Guiné colónia em 1972.





Sobrescrito enviado em Novembro de 1976, com dois grandes vultos da história, Amílcar Cabral e Luís de Camões, sendo o primeiro emitido pela Guiné independente e o segundo pela Guiné colónia.

A Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a sua independência em 24 de Setembro de 1973, embora Portugal não a tivesse reconhecido e continuasse a ocupar o seu território, prolongando a guerra colonial.

Só com a Revolução do 25 de Abril de 1974, Portugal veio a conceder a independência formal a esta sua colónia, em 10 de Setembro de 1974, tendo adoptado o nome de Estado da Guiné – Bissau e mais tarde República da Guiné – Bissau, tendo emitido de imediato os seus primeiros selos em 1974.

CABO VERDE



Selo emitido pelos correios portugueses e sobrecarregado em 1975, logo que Cabo Verde se tornou independente.

Sobrescrito expedido em 1976 já com Cabo Verde independente, franqueado com 3 selos de Cabo Verde colónia, referentes à Instalação de Dessalinização do Mindelo, emitidos em 1974, os últimos emitidos em Cabo Verde enquanto colónia e obliterado com o carimbo de República de Cabo Verde – Praia.



Sobrescrito circulado com selo do tempo colonial, dedicado ao centenário do nascimento de Gago Coutinho, emitido pela colónia em 1969. É sobrecarregado com 3\$00 por Cabo Verde independente em 1978, e circula com 3 selos da emissão do Artesanato em Coco, emitidos por Cabo Verde independente em 1977.



Sobrescrito franqueado com um selo do tempo colonial do centenário da OMI de 1973 e um selo da colónia independente de 1980, referente ao Artesanato em Pano. Repare-se que em 1980, ainda eram usados selos emitidos no tempo colonial.

Sobrescrito comemorativo do aniversário do PAIGC.



Com o estipulado no acordo de Argel, Cabo Verde tornou-se independente em 5 de Julho de 1975.

Conforme acima escrevi, sendo o selo postal um factor de soberania, Cabo Verde sobrecarregou os selos coloniais do correio português em 1975, com uma sobrecarga alusiva à independência.

Contudo em 1976 ainda usava os selos coloniais para franquear cartas, tendo sido estes emitidos pela República Portuguesa para uso no tempo colonial.

ANGOLA

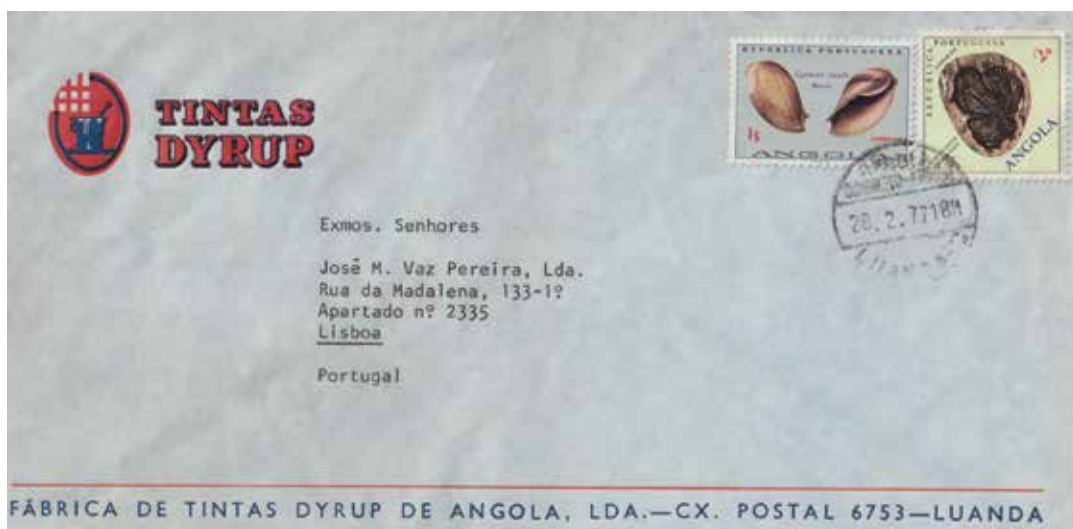


Sobrescrito enviado para Lisboa em 1976, já com os novos selos emitidos em Angola, sendo 2 referentes ao ano da Independência, emitido em 1975 e um outro das Máscara emitido em 1976. Contudo para fazer o porte ainda foi usado um velho selo dos mapas de Angola, emitido em 1955.



Quadra do 1º selo de Angola independente, emitido em 1975.

Sobrescrito expedido de Angola para Lisboa, mas para franquear foram usados apenas selos da Angola colónia, sendo um da série de Geologia e Mineralogia de 1970 e o outro das conchas de 1974, a última série de selos emitidos na Angola colónia. Assim 2 anos depois da independência, o correio de Angola continuava a usar os selos emitidos pela República Portuguesa.





Angola torna-se independente no dia 11 de Novembro. Foi uma independência unilateral do MPLA

A guerra colonial iniciou-se em Angola em 1961.

Em Janeiro de 1975 era assinado no Alvor, em Portugal, entre o governo português e os movimentos de libertação angolanos, o MPLA, FNLA e UNITA, um acordo que tinha como objectivo a partilha do poder entre os três movimentos e a futura democracia em Angola.

Infelizmente este acordo teria letra morta passado muito pouco tempo da sua assinatura, seguindo-se durante largos anos uma sangrenta guerra civil entre estes grupos.

A 10 de Novembro de 1975 o Almirante Leonel Cardoso, Alto-Comissário para Angola, entregava a independência a esta nossa colónia, embora o não fizesse a uma personalidade ou partido.

Existiam 3 forças que se digladiavam pela independência, a UNITA, o MPLA e a FNLA.

O MPLA proclama a independência de Angola, em 11 de Novembro de 1975.

Controlava Luanda e perante a ausência de definição por parte de Portugal, a quem pretendia entregar a independência, decidiu assumi-la politicamente.

Coube a Agostinho Neto, grande ideólogo e dirigente do MPLA, apoiado pelos soviéticos, fazê-lo, declarando que «*diante de África e do mundo proclamo a independência de Angola*».

Igualmente esta colónia, agora independente, emitiria os seus selos logo em 1975.

Seguir-se-ia uma cruel guerra civil durante muitos anos, especialmente entre a UNITA e o MPLA.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Sobrescrito enviado em 8 de Dezembro de 1976, apenas franqueado com selos de S. Tomé colónia da emissão dos Uniformes do Exército, emitida em 1965.

Contudo o 25 de Abril de 1974 já tinha chegado em força. Repare-se na marca no lado esquerdo do sobrescrito com uma nítida mensagem política: **A TERRA A QUEM A TRABALHA**. Sem o 25 de Abril de 1974, esta mensagem conduziria a uma investigação da polícia política e a várias prisões.



Excelente exemplo este sobrescrito franqueado com selos da Organização Mundial Meteorológica, emitidos em 1973 e sobrecarregados em 1976 com REP. DEMOCR. 12-7-75, com selos ainda da República Portuguesa, Uniformes do Exército, emitidos em 1965 e Centenário do Clube Militar Naval, emitidos em 1967 e por fim um selo de S. Tomé independente, Fundo de Reconstrução Nacional, emitido em 1976.

Sobrescrito expedido em 14 de Novembro de 1976, franqueado só com selos de São Tomé e Príncipe já independente, relativos ao Acordo de Argel 1975 e da Proclamação da Independência emitido em 1975.



A soberania de um país está plasmada nos valores postais e na moeda. Este sobrescrito está franqueado com selos do novo país, emitidos em 1978 e onde se comemora o primeiro aniversário da nova moeda de São Tomé e Príncipe.





Selo comemorativo da Proclamação da Independência em São Tomé e Príncipe e emitido em 1976 pelas autoridades do novo país.



Sobrescrito de São Tomé expedido em 24 de Novembro de 1976, com os primeiros selos emitidos em São Tomé e Príncipe em 1975 e comemorativos do Acordo de Argel.

Em 1960 foi criado em São Tomé o CLSTP – Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, que mais tarde daria origem à MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

Este movimento é originário da vontade do povo são-tomense, em se tornar independente, vontade essa que era já antiga e que cresceu depois do massacre de Batepá, ocorrido em Fevereiro de 1953.

O governador de S. Tomé, de seu nome Gorgulho, pretendia que a população se empregasse nas roças de cacau, devido à falta de mão de obra. Como a população não aceitou esta imposição, e tendo-se revoltado nas ruas da povoação de Trindade, na ilha der São Tomé, este armou os colonos, que matariam muitos populares.

O inicial CLSTP juntou-se aos outros movimentos de libertação das outras colónias portuguesas e participou em diferentes campanhas, contra a presença de Portugal na ilha, tendo sido Miguel Trovoadá considerado pela ONU, como porta-voz de São Tomé e representante do CLSTP.

Na realidade este movimento teve uma fraca adesão em São Tomé e Príncipe, e nesta colónia nunca existiu qualquer tipo de luta armada.

Contudo na linha política da independência concedida às colónias depois do 25 de Abril, foi decido pelas novas autoridades portuguesas no Acordo de Argel de 1974, conceder a independência a São Tomé e Príncipe, em 12 de Julho de 1975.

Também este novo país começou a usar selos próprios, como símbolo da soberania, sendo os primeiros emitidos em 1975.

MOÇAMBIQUE



Moçambique foi a colónia, que melhor compreendeu a importância dos valores postais na soberania do país. Em 1976 mandou de imediato sobrecarregar os selos da República Portuguesa e passou-os a usar nas cartas expedidas em Moçambique independente. Neste sobrescrito expedido, em 3 de Julho de 1976, encontramos os selos sobrecarregados e um novo selo do Centenário do Selo Postal emitido em 1976, pelas novas autoridades postais de Moçambique.

Sobrescrito enviado em 16 de Outubro de 1976, com selos de Moçambique independente, sendo um comemorativo da independência de Moçambique e outro do Dia da Mulher, ambos emitidos em 1976.

Neste sobrescrito podemos ver no lado direito, uma clara mensagem política: **VAMOS FAZER COOPERATIVAS, NAS ALDEIAS COMUNAIS, NOS BAIROS COMUNAIS, NOS LOCAIS DE TRABALHO.** O 25 de Abril de 1974, também tinha chegado a Moçambique.



Selos comemorativos do acordo de Lusaka, emitidos em 1975, sendo a última emissão de Moçambique enquanto colónia.

Moçambique era outra das colónias portuguesas, onde existia uma guerra de libertação, que tinha começado em 1964, entre a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique e Portugal.

Em 25 de Junho de 1975, Moçambique torna-se independente, após os Acordos de Lusaka, feitos entre as duas partes, em 7 de Setembro de 1974.

Como as outras colónias, também Moçambique mandou emitir os seus selos de correio como sinal de soberania. Foram então usados em 1975 selos do correio português, sendo todos sobrecarregados com **INDEPENDÊNCIA 25 JUNHO 75.**

TIMOR



Timor-Leste Independência 2002

O povo de Timor-Leste celebra o Dia da Independência em 20 de maio de 2002, marcando o nascimento da mais nova democracia do mundo. A Constituição, elaborada pela Assembleia Constituinte, especifica um sistema semi-presidencial de governo, com o Presidente eleito directamente pelo povo.

Os primeiros selos da nova nação apresentam um desenho de crocodilo tradicional, grinaldas de palmeiras cerimoniais, a colheita do café, e a bandeira de Timor-Leste. Os desenhos dos selos e do pacotilho incluem tecelagens, tais, feitas pelas mulheres da Fundação Murak Rai, Dili.

The people of East Timor celebrate Independence Day on 20 May 2002, marking the birth of the world's newest democracy. The country's Constitution, drafted by the Constituent Assembly, specifies a semi-presidential system of government, where the President is elected directly by the people.

The new nation's first stamps feature a traditional crocodile design, ceremonial palm wreaths, the coffee harvest, and the flag of East Timor. Stamp and pack designs include tais weavings made by the women of the Murak Rai Foundation, Dili.



Os primeiros selos de Timor alusivos à independência, seriam emitidos em 20 de Maio de 2002, com os dizeres de TIMOR-LESTE.

Sobrescrito de 1º Dia, com os selos da independência emitidos em 2002.



Timor-Leste, que em Tetum se diz Timor Lorosae, emite o seu primeiro selo em 29 de Abril de 2000. A entidade responsável foi a UNTAET – United Nations Transitional Administration in East Timor, que se instalou no território entre 1 de Junho e 29 de Outubro de 1999, com a missão de administrar o território de transição para a independência.

De todas as colónias portuguesas após o 25 de Abril, Timor foi a última a alcançar a plena independência.

Até Agosto de 1975, Portugal tinha como objectivo a criação de partidos em Timor, para que depois fosse proclamada a independência, em democracia.

Contudo dar-se-ia uma guerra civil, entre a FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor Leste Independente, de tendências marxistas e a UDT – União Democrática Timorese, guerra esta ganha pela FRETILIN, que a 28 de Novembro de 1975, proclama unilateralmente a independência.

Esta vitória provocaria a intervenção da Indonésia, que não queria correr o risco de ter regimes comunistas à sua porta e impõe uma repressiva ditadura na ex-colónia portuguesa, integrando-a no seu território como a 27ª província.

A ONU foi sempre contra esta invasão, já que considerava Portugal como a potência administradora deste território.

Em Timor a FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor Leste Independente, iniciou a luta de guerrilha contra a força invasora da Indonésia.

Apenas em 1998 a Indonésia e Portugal, com a supervisão da ONU, concordaram em realizar um referendo, para consultar o povo timorense sobre a independência do território, sendo este realizado em 30 de Agosto de 1999.

Saldou-se então o resultado, com 78% da população timorense a votar favoravelmente.

Entre 1999 e 2002 foi criada pelas Nações Unidas, uma administração de transição para o território.

Contudo após o referendo as milícias timorenses, criadas pela Indonésia e as forças armadas deste país, fizeram um enorme conjunto de actos de represália sobre a população timorense, obrigando as Nações Unidas a enviar para o território uma força militar composta por australianos, que colocaram finalmente ordem em Timor-Leste e obrigaram as forças indonésias a retirar para o seu país.

Após eleições realizadas no território, é constituída uma Assembleia Constituinte, que entraria em funções em 20 de Maio de 2002.

Neste dia, Timor-Leste tomou posse novamente da sua plena soberania.

De imediato foram emitidos selos, onde a soberania de Timor estava claramente manifestada.

Com este acto finalizava-se a história da independência do Império, que Portugal durante tantos séculos, tinha mantido nos 4 cantos do mundo.

Cumpria-se o 25 de Abril de 1974, cumpria-se a democracia, a liberdade e a responsabilidade.

Pena foi que alguns dos novos países, se deixassem envolver em guerras civis e não soubessem colher em pleno a democracia, a liberdade e a responsabilidade e não tivessem feito do 25 de Abril de 1974, um exemplo nas suas independências.

Portugal soube manter e respeitar a sua democracia, e aprendeu, que ditaduras de esquerda ou direita, nunca mais serão aceites pelos portugueses.

Democracia, liberdade e responsabilidade para sempre!

BIBLIOGRAFIA

- Arquivo postal do autor
- História do Serviço Postal Militar, Eduardo Barreiros e Luís Barreiros, Gráfica 2000, 2004.
- Guerra Colonial, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, Porto Editora, 2020.
- História de Portugal de Joaquim Veríssimo Serrão, Editorial Verbo.
- Angola 6/65, A Surpresa, a Guerra, A recuperação, Manuel da Graça e Costa, Edições SPAL – Avenida dos Restauradores Luanda.
- Guerra Colonial, fascículos do Diário de Notícias, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes.
- TARRAFAL, testemunhos, Editorial Caminho, 1978.
- Prisão de Peniche, Jornal Público.
- Os últimos Presos do Estado Novo, Joana Pereira Bastos, Oficina do Livro, 2024.
- Memórias de Dois Regimes, Emílio Rui Vilar, Temas e Debates, 2024.
- Portugueses na Segunda Guerra Mundial, Pedro Rabaçal, editora Marcador, 2023.
- Catálogo de Selos Postais de 2008, Colónias Portuguesas, Afinsa Portugal, 2008.
- Catálogo de Selos Postais, Portugal, Açores, Madeira, Macau e Pré-filatélicos, 16ª Edição Afinsa, 2000.
- Catálogo de Selos Postais dos PALOP, Afinsa, 1991

CTT 25 de Abril

Apresentamos de seguida o material postal e histórico, que os correios de Portugal prepararam para os 50 anos do 25 de Abril de 1974.

25 Abril – 50 Anos

Emissão conjunta
Angola / Cabo Verde / Portugal

A Revolução de 25 de Abril de 1974 marca o início da vida democrática em Portugal. A insurreição levada a efeito por um conjunto de militares que pertenciam ao Movimento



das Forças Armadas (MFA) acabou com o regime autoritário que nos governava desde 1926, mostrando que era possível acabar com a guerra colonial e abrir espaço para a democratização e o desenvolvimento do país.

A efeméride em causa foi tema dos selos postais emitidos em Portugal em várias ocasiões: 1974; 1975; 1984; 1994; 1999; 2004 e 2014.

No ano em que se comemoram os 50 anos da Revolução dos Cravos, os CTT Correios de Portugal decidiram continuar a evocar através de selos da República este momento fundamental do Portugal moderno. Desta forma, em 2024, a memória do momento fulcral para a democracia lusitana é revisitada através de uma emissão de selos conjunta com os Correios de Angola e de Cabo Verde, que decidiram associar-se a esta efeméride também notável para os seus países, já que uma das prioridades das forças que através da revolução assumiram o controlo do país foi a independência das colónias portuguesas em África.





Se para Portugal esse dia trouxe a democracia plena, para as antigas colónias trouxe a liberdade. A independência chegaria, mais cedo ou mais tarde, a todos estes territórios, impulsionada pelo sentido único do caudal da história

moderna. Mas chegou naquele momento por causa da Revolução de 25 de Abril de 1974.

O tema para o *design* destes selos comuns tinha de ser o cravo vermelho, símbolo da paz no meio da revolução, colocado nos canos das G3 pelas mulheres de Lisboa. Afinal,

em vez de dispararem tiros, as espingardas transformavam-se em canteiros de flores.

Nos selos desta emissão, temos duas versões do cravo: um deles é vermelho, tal como o original, enquanto no outro selo, as pétalas do cravo revestem-se das cores das bandeiras dos países africanos de expressão oficial portuguesa.



Gabinete de Filatelia

25 de Abril
Selo em Ouro

Réplica em ouro do selo representando o cravo de Abril incluído na emissão «25 Anos da Revolução de 25 de Abril 1974», emitido em 1999 e da autoria de Luiz Duran.

Tiragem: 1000 unidades (das quais 500 unidades estão incluídas no livro edição premium)

Dimensão da réplica: 39,5 x 29,5 mm

Peso: 0,2 gramas

Autenticado pela INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda

PVP: €50,00

Disponível: 2024 / 03 / 28

25 ABRIL PREMIUM

EDIÇÃO 50 ANOS DE DEMOCRÁCIA

Da autoria de António Costa Pinto e André Paris, reputados académicos, esta edição leva-nos pelos caminhos da construção da democracia portuguesa, possibilitando-nos recordar os seus sucessos e dificuldades. Em 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, com enorme adesão popular, punha fim ao regime político do Estado Novo, que dominara autoritariamente o país durante quase meio século. No ano em que se evocam os 50 anos da Revolução dos Cravos, neste livro revisita-se esse momento maior da nossa história recente e descrevem-se as convulsões políticas deste passado, ainda tão próximo, que soube consolidar um regime democrático que influencia de forma determinante a vida de todos nós.

Trata-se de uma obra importante na evocação da viragem histórica que o 25 de Abril representou, e na presente celebração da conquista da liberdade e da construção da democracia, levando à reflexão sobre o passado e os seus múltiplos significados no século XXI. Com uma tiragem limitada a 500 exemplares numerados e autenticados, esta edição premium contém matérias exclusivas. Inclui as emissões filatélicas «25 de Abril - 50 Anos» e «25 de Abril - 50 Anos: Emissão Conjunta Angola / Cabo Verde / Portugal», constituídas por uma folha minúscula e dois selos respetivamente, no valor total de €5,85. Estão incluídos os selos de Angola e de Cabo Verde. Contém uma réplica em ouro do selo representando o cravo de Abril incluído na emissão «25 Anos da Revolução de 25 de Abril 1974», emitido em 1999 e da autoria de Luiz Duran. Está ainda incluído o catálogo da exposição «Do cabo zero à Liberdade».

Autores
António Costa Pinto
André Paris

Design
Fernando Pendão

Impressão e Acabamento
Norprint

Tiragem
500 exemplares
numerados e autenticados

Valor
€ 90,00

Data de Lançamento
2024 / 03 / 28



25 ABRIL

50 ANOS DE DEMOCRÁCIA

Da autoria de António Costa Pinto e André Paris, reputados académicos, esta edição leva-nos pelos caminhos da construção da democracia portuguesa, possibilitando-nos recordar os seus sucessos e dificuldades. Em 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, com enorme adesão popular, punha fim ao regime político do Estado Novo, que dominara autoritariamente o país durante quase meio século. No ano em que se evocam os 50 anos da Revolução dos Cravos, neste livro revisita-se esse momento maior da nossa história recente e descrevem-se as convulsões políticas deste passado, ainda tão próximo, que soube consolidar um regime democrático que influencia de forma determinante a vida de todos nós.

Trata-se de uma obra importante na evocação da viragem histórica que o 25 de Abril representou, e na presente celebração da conquista da liberdade e da construção da democracia, levando à reflexão sobre o passado e os seus múltiplos significados no século XXI. Com uma tiragem limitada a 2500 exemplares, esta obra contém as emissões filatélicas «25 de Abril - 50 Anos» e «25 de Abril - 50 Anos: Emissão Conjunta Angola / Cabo Verde / Portugal», constituídas por uma folha minúscula e dois selos respetivamente, no valor total de €5,85. Também serão incluídos os selos de Angola e de Cabo Verde.

Autores
António Costa Pinto
André Paris

Design
Fernando Pendão

Impressão e Acabamento
Norprint

Tiragem
2500 exemplares

Valor
€ 40,00

Data de Lançamento
2024 / 03 / 28



Clube de Filatelia O Ilhéu: 30 anos

Carlos Lobão

Trinta anos é já uma vida longa para uma qualquer instituição. Por isso, entenderam os membros do Clube de Filatelia O Ilhéu que a “festa” comemorativa seria este ano diferente, ou seja, decidiu-se que a “Festa” teria a forma de uma carta de agradecimento dirigida a todos aqueles que fazem, colaboram e divulgam o clube, e que abaixo se transcreve.



Postal comemorativo do 30.º aniversário

A Filatelia é uma forma de colecionismo que nos põe em contato com o deslumbramento. É um espantar-se de tudo, porque nos coloca perante o universo e o próprio ser humano com um sentimento de espanto, de admiração, de curiosidade insaciável. é um interesse. é um contínuo fazer-se. Torna as coisas mais claras. Um autêntico corretor de erros. é uma maneira de pensar. ajuda-nos a sermos melhores pessoas. / A 10 de novembro, O CLUBE DE FILATE-



Bolo

LIA O ILHÉU CUMPRE O SEU 30.º ANIVERSÁRIO. Naturalmente uma data importante que mereceria uma “FESTA”. Mais, um momento para trazer a comunidade às suas atividades, como o tem feito, e que a mesma tem sempre correspondido. Este ano a “FESTA” é outra, ou seja, o clube não chamará a si a comunidade, mas vai ao encontro dela para simplesmente lhe dizer - OBRIGADO. / Repetimos OBRIGADO, porque estes trinta anos também resultaram do carinho, do apoio, da ajuda, da parceria recebidos de pessoas e de instituições (locais, regionais e nacionais). Por isso, a GRATIDÃO é a virtude do reconhecimento, do que recebemos, daí demonstramos o nosso apreço. / Sem vós, teríamos sido menos capazes, e não teríamos feito tanto, o que nos permite afirmar QUE TAMBÉM FAZEM PARTE do Clube de Filatelia O Ilhéu, DA SUA HISTÓRIA. / Sabemos que a vossa ajuda não está espera de reconhecimento, de gratidão, mas é o mínimo que podemos fazer para demonstrar o carinho, a amizade, a admiração por todos, pela maneira extraordinária com que perceberam o nosso trabalho, porque ninguém consegue, vence sozinho, e O Ilhéu não foge à regra. / Termina-se agradecendo mais uma vez, o que vai ao encontro do ditado egípcio: “trabalha em silêncio e deixa o sucesso falar”.



A presidente do Conselho Executivo no uso da palavra

No entanto, para lá desta iniciativa, da apresentação de um postal e carimbo e de uma exposição memória realizada na biblioteca da ESMA, o atual conselho diretivo, presidido por Regina Pinto, decidiu homenagear o Clube numa cerimónia integrada nas atividades do dia de S. Marinho, qua anualmente se realizam na Escola, com a apresentação de um bolo, numa cerimónia que se realizou no bufete dos professores, e que conto com a presença tanto daqueles como de funcionários.



Carlos Lobão "apaga as velas"

Do diretor do aeroporto da Horta, Ricardo Alves:

"Numa pequena ilha, criar um Clube de Filatelia e mantê-lo ativo durante este período é mais do que um feito. É sim uma obra consolidada e um valor ativo para a sociedade onde se insere.

Se em novembro de 1993, ainda no século passado a Filatelia era uma atividade desconhecida para muitos, hoje, no Faial, "O ILHÉU" pode com brio ostentar a responsabilidade de despertar para a importância e o interesse pelo estudo e colecionismo dos selos postais. Perceber que em cada um há uma história por conhecer, um evento para recordar, uma marca, a promoção de algo, a passagem de uma mensagem... enfim, um selo pode ser o que cada um quiser. Sim, o "que cada um quiser" por que qualquer pessoa pode ser autor do "seu selo". É esta a magia e atração que o Clube,

que em boa hora fundou e mantém, tem divulgado e mantém apaixonados todos os que por ele têm passado.

Nesta data relevante, gostaria de endereçar os parabéns ao Clube e às suas pessoas, em particular ao Amigo Carlos Lobão com quem tive a felicidade de me cruzar numa altura difícil da pandemia que abalou o mundo e quando, o Aeroporto da Horta celebrava o seu 50º Aniversário, cuja celebração viria a ser afetada pela crise sanitária e humanitária então vivida. Tínhamos boas ideias e iniciativas previstas e acabamos condicionados à publicação do selo criado pelo clube para celebrar a data, distribuído com um postal evocativo da data de inauguração – também desenvolvido pelo Clube.

Bem-haja! pelo trabalho desenvolvido e que O ILHÉU continue a encantar gerações, motivando o surgimento de mais e novos filatelistas e que esta arte, de conhecer, perceber, aprender, criar selos continue a perdurar no tempo".



Aspetto da sala onde se realizou a cerimónia

XIV Exposição Filatélica do Algarve

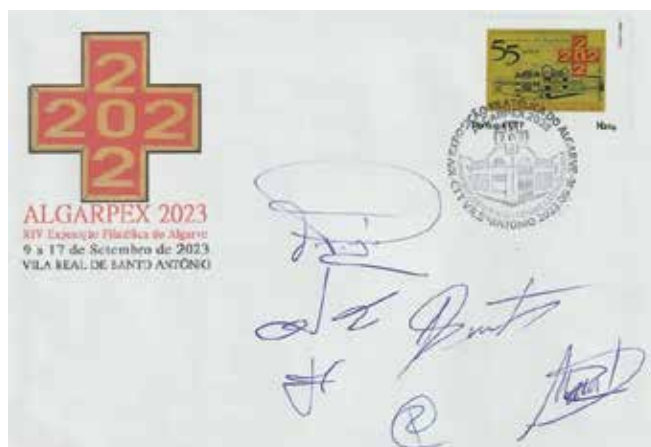
Francisco Matoso Galveias

Clube, no ano de 2023, a organização da ALGARPEX – XIV Exposição Filatélica do Algarve, à Secção de Colecionismo da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António e Castro Marim.

O certame que decorreu de 9 a 17 de setembro no Centro Cultural António Aleixo em Vila Real de Santo António, tendo estado patentes setenta coleções, seis pertencentes a agrupamentos e entidades convidadas e as restantes a filatelistas do Algarve e da Andaluzia (Espanha), estes últimos também como convidados, como vem sendo habitual desde a primeira edição.

Estiveram representadas nove Classes Filatélicas.

Esta exposição foi dedicada ao Serviço 202, um serviço de emergência permanente instituído pelo Corpo de Bombeiros de Vila Real de Santo António no ano de 1968, funcionando 24 horas por dia, durante sete dias na semana, acudindo às necessidades das populações dos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António e de outros locais, como a necessidade o comprovou, citando-se como exemplos o concelho de Tavira e as regiões de Ayamonte e Huelva em Espanha.



Sobrescrito da ALGARPEX 2023 – XIV Exposição Filatélica do Algarve, assinado pelo Presidente e pelo Vereador da Câmara Municipal, pelo Representante do Clube Organizador, e pelos Clubes Filatélicos do Algarve e Huelva e pela Representante dos CTT-Correios

Para se ver a importância deste serviço, pioneiro entre as Corporações de Bombeiros em Portugal, podemos dizer

que à data da sua constituição o serviço 115 (112 atualmente), tinha sido posto em prática em Lisboa e de uma forma provisória em 1965 e em Coimbra e no Porto desde 1967. Na altura, as ambulâncias eram operadas por polícias e não por bombeiros e era um serviço essencialmente focado para os acidentes rodoviários. Em contrapartida, o serviço instituído em Vila Real de Santo António era um serviço dedicado preferencialmente à saúde das populações, onde as ambulâncias estavam devidamente equipadas pelo material necessário e por pessoal especializado, como médicos, enfermeiros e até parteiras.



O Ato inaugural, Vereador da Câmara Municipal Dr. Fernando Horta, O Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros, Francisco Galveias, O Representante de Círculo de Huelva, Luís García e o filatelista Eng.º Miranda da Mota

Em 1969 o Governo estendeu o serviço 115 às cidades de Aveiro, Faro e Setúbal e só em 1989 é que o estendia a todo o País, após a publicação do Decreto 289/89 de 4 de setembro, assumindo no seu preâmbulo que, e citamos “*Toda a prestação organizada de socorros urgentes, qualquer que seja a sua natureza das ações que desenvolva, assenta numa rede de telecomunicações através da qual se podem solicitar esses socorros*”, quer isto dizer que em 1968 em Vila Real de Santo António já existia um serviço voltado essencialmente para a saúde das suas populações, o Estado só o viria a assumir em 1989 para o resto do País.



Um aspeto da Feira de Colecionismo

E o porquê desse serviço se chamar 202 em Vila Real de Santo António.

Servimo-nos do catálogo da exposição e citemos apenas um parágrafo de um extenso do artigo “O SERVIÇO 202



Um aspeto do Almoço de Confraternização



Um aspeto do Posto de Correio

dos Bombeiros de Vila Real de Santo António” ali inserido e da minha autoria:

“*Não passou despercebida aos diretores da Associação Humanitária o início em Portugal de um serviço de emergência, à data operado pela polícia e, esse facto está bem espelhado no texto da ata da Reunião de Direção de 15 de janeiro de 1968, da qual transcrevemos o essencial: “Aos quinze dias de janeiro de mil novecentos e sessenta e oito, reuniu a Direção que tomou a seguinte deliberação. Por iniciativa do 1º Secretário Sr. Manuel Monchique Ribeiro Alves, vai ser criado o serviço de emergência com o título de 115 notando-se que o 202 ficaria mais bairrista – o qual ficou ser serviço 202 – ...”. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade tendo estado presentes os seguintes diretores; Jacinto Andrade de Figueiredo, Sérgio Filipe Marques Batista, Manuel Monchique Ribeiro Alves, Joaquim Ribeiro e Francisco José Martins.*

O porquê do número 202 e o porquê de o chamarem “bairrista”. O telefone fixo dos Bombeiros era à data, o número 543202, sendo memorizado por 202, correspondente à terminação, número esse que ainda hoje a Associação mantém, com as alterações introduzidas da inclusão do prefixo telefónico no número.”.



O Sr. Presidente de Câmara, Dr. Álvaro Araújo a carimbar a sua Peça Filatélica

O Primeiro serviço 202 foi efetuado no dia 12 de maio de 1968

Mas voltemos ao Centro Cultural António Aleixo.

As excelentes condições que este local apresenta para qualquer tipo de exposição, um local facilmente acessível



O Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros, Sr. Francisco Galveias, durante a sua alocução



Francisco Galveias, Paula Campos (CTT), Dr. Fernando Horta e Dr. Álvaro Araújo

ao público, situado na principal via da cidade, de passagem pedonal obrigatória para quem nos visita sendo convidativa a uma entrada. Por outro lado, tem havido por parte dos responsáveis da Secção de Colecionismo dos Bombeiros, a procura de temas que cativem a população local, não só através de factos históricos ou populares ligados à região como também factos ligados aos nossos bombeiros, ou seja, ir ao encontro de algo que cativa o interesse do público residente.

O certame foi presenciado por 1423 visitantes controladas pela organização, podendo este número ter sido ultrapassado, seguramente o número de 1500 pessoas, as quais, muitas delas, percorreram as coxias entre os quadros interessados numa ou noutra coleção e solicitando por vezes alguns esclarecimentos.

O ato inaugural foi presenciado por algumas dezenas de pessoas, entre concorrentes e visitantes, tendo sido presidido pelo vereador Dr. Fernando Horta em representação do Sr. Presidente de Câmara nesse dia ausente da cidade, mas com promessa da sua presença para altura posterior.



Um aspeto da entrega do Diploma de Participação ao Filatelia Rui Bastos

Após a cerimónia de abertura, procedeu-se a uma demorada visita à exposição com paragem demorada numa ou noutra coleção, para explicação não só de alguns pormenores como também para conversar sobre a filatelia nacional. Nesta cerimónia contámos com a agradável visita do Sr. Eng.º Miranda da Mota que nos presenteou ainda com algumas palavras, juntamente com o Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros, Francisco Galveias e o Vereador da Câmara Municipal.

As setenta coleções expostas, algumas de excelente qualidade, que não destoavam em qualquer Exposição Nacional, ocuparam os 200 quadros, tendo havido necessidade de se proceder a um rateio, já que as coleções inscritas ultrapassaram o número de quadros disponíveis. Nota-se que, de ano para ano as coleções estão a melhorar de qualidade o que demonstra que os filatelistas algarvios têm brio naquilo que apresentam.

Durante todo o tempo da exposição decorreu uma Feira de Colecionismo dando assim mais animação à Algarpex.

O dia maior da exposição foi sem dúvida o sábado dia 16, um dia dedicado ao Serviço 202 já aqui aludido, pelas

10,30h o Sr. Presidente de Câmara, Dr. Álvaro Araújo, presenteou-nos com a sua presença, visita aprazada para a parte da tarde, durante a abertura do Posto de Correio. Nessa altura, sem qualquer protocolo estabelecido, conviveu com filatelistas e familiares e com o público que entretanto continuava a entrar e sair. Por questões particulares, não foi ao almoço que ocorreu pouco depois do meio-dia, mas regressou logo a seguir pelas 15,00h para a cerimónia de abertura do Posto de Correio.

A esta cerimónia, já devidamente protocolada, participaram além do Sr. Presidente de Câmara, Álvaro Araújo e do Presidente da Associação de Bombeiros e Responsável pela Secção de Coleccionismo, Francisco Galveias, participaram ainda o Vereador Fernando Horta, Ilídio Santos presidente da AFAL, Manuel Guadalupe, presidente do Círculo de Huelva e Paula Campos, representante dos CTT, ao que se seguiram algumas palavras proferidas por estes políticos e representantes de clubes filatélicos.

Depois de mais alguns minutos de conversa, procedeu-se à distribuição de lembranças e diplomas.

É com agrado que ao longo destes anos da existência das Algarpex, e já lá vão catorze anos, vemos muita juventu-



Um aspecto da entrega do Diploma de Participação a um dos Jovens presentes

de, vemos novos filatelistas, vemos o aparecimento de novas coleções e sobretudo vimos um despertar para a filatelia, e assim queremos que continue...

16ª Mostra de Filatelia e Coleccionismo da ARPCA

Decorreu nos dias 30 de Setembro a 14 de Outubro na Oficina de Cultura de Almada, a 16ª Mostra de Filatelia e Coleccionismo da ARPCA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada - organizada pela sua Secção Filatélica que, como tem sido hábito, sempre comemorativa do “Mês do Idoso” e este ano integrada nas comemorações dos “50 Anos da Elevação da Vila de Almada a Cidade”, ano que também comemora os “510 Anos do Foral Manuelino”.

Almada uma das mais antigas povoações do país, teve o primeiro documento escrito a fazer referência à “Vila” e ter-

mo de Almada, ao receber o primeiro foral régio no mês de Agosto de 1190 dado pelo Rei D. Sancho I, em que instituiu regras essencialmente de carácter tributário e penal. Este foral, uma das mais importantes fontes escritas para a história da Vila, foi instituído há 833 anos, tendo sido reformado pelo Rei D. Manuel I ao conceder o novo foral a 01 de Junho de 1513.



Aspecto geral da sala 1



Aspecto geral da sala 2

Devido à História de Almada, à explosão demográfica que se dá desde a 2ª Guerra Mundial, à reivindicação dos populares e ao processo reivindicativo exposto pela Câmara Municipal de Almada, Presidida pelo Dr. Serafim de Jesus

Silveira Junior, Almada é elevada de Vila a Cidade pelo Decreto – Lei nº 308/1973 de 16 de Junho, publicado no Diário da República de 21 de Junho de 1973.

Enquadrando-se na História da Cidade de Almada, um pouco da história da ARPCA.

Depois de muito trabalho, empenho e dedicação de uma Senhora reformada, de seu nome Hortência Neves de Sousa, acompanhada de um grupo de jovens, percorrendo

as ruas de Almada publicitando uma reunião para a criação de uma associação para apoiar os reformados e idosos. Nessa reunião, na Casa – Escola dos Bombeiros Voluntários de Almada, no dia 06 de Agosto de 1976, nascia a ARPCA. Após terem toda a documentação necessária para a sua legalização, não foi possível em virtude de as leis não preverem associações de solidariedade, o que originou muitas corridas de gabinete em gabinete. Um ano depois é publicada a lei



Cartaz da 16ª Mostra



Inauguração, público presente



Entrega de lembranças (na imagem Luís Santos, Sérgio Mena e João Santos)



Literatura Filatélica



Grupo Coral e posto de correios



Público presente na inauguração



Representação da Direcção da ARPCA

que permite a legalização no dia 13 de Julho de 1977, daquela que é hoje, a mais antigas das suas congéneres no país.

Este foi um pequeno retalho da história de Almada deixado aos presentes na abertura desta Mostra.

A anteceder houve um momento musical pelo nosso Grupo Coral, seguindo-se uma breve alocução pela representante da Direcção, Sr^a. Fátima Laginha que fez os agradecimentos às Entidades e aos participantes, intervindo de seguida o representante da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr. Paulo Figueiredo dando os parabéns e incentivando-nos a continuar com estes eventos de grande qualidade cultural. Seguidamente procedeu-se à distribuição de lembranças às entidades e participantes.



Representante da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr. Paulo Figueiredo

Estiveram patentes ao público 40 colecções, sendo 31 de filatelia das áreas tradicional, história postal, inteiros-postais, temática, maximafilia, classe aberta, um quadro, cartofilia e literatura filatélica. E de colecionismo não filatélico, estiveram 9 colecções: mandalas, autocolantes, desenhos originais de sobrescritos, lotaria popular, postais de Almada, aviões miniaturas e esculturas de monumentos de Almada.

Prometemos o mesmo empenho e dedicação na organização de futuros eventos, enunciando já o tema para a 17^a Mostra, “50 Anos do 25 de Abril de 1974”.

Às entidades, participantes, colaboradores e visitantes, o nosso sincero agradecimento.

Bilhetes Postais dos CTT – Correios De Portugal

Recebemos do Dr. Raul Moreira, Director da Filatelia dos Correios de Portugal, o e-mail que em baixo transcrevemos.

Pedimos a melhor atenção dos Clubes Federados para este e-mail.

Como já falado envio-lhe agora a decisão da Comissão Executiva sobre este assunto, para sff poder divulgar pelos Clubes associados e pelos seus Directores.

Com o objetivo de regular o número de Postais inteiros a emitir pelos CTT, enquanto se acautela a receita da Empresa e se limitam os stocks de valores em armazém, foram definidas as seguintes linhas estratégicas para o plano de cada ano:

(i) Emissão do Postal Inteiro da Base (Postal Clássico dos CTT), mas apenas quando a necessidade postal o justificar;

(ii) Postais Inteiros Comemorativos, até um máximo de cinco IP, no âmbito de acontecimentos nacionais que não foram previstos no plano anual de emissões, justificados por

motivos institucionais e sem custo para os proponentes. Estes Postais Inteiros serão analisados casuisticamente em função da importância dos seus temas;

(iii) Emissão de outros Postais Inteiros por solicitação de terceiros, caso se verifiquem as seguintes condições: (a) limitação das propostas às Autarquias ou a Clubes e Associações de Filatelistas; (b) proposta apresentada com justificação da importância local do evento pelos promotores e apoiada expressamente pela Rede CTT (Loja ou Responsável Comercial da área); (c) compromisso de aquisição de pelo menos 1.000 (mil) Postais Inteiros ao valor da tarifa neles impressa.

Um Abraço!

Raul Moreira

Presidente Executivo Fundação Portuguesa das Comunicações

Director de Filatelia

GABINETE DE FILATELIA

Regulamento de utilização dos quadros expositores

Os quadros expositores são propriedade da Federação Portuguesa de Filatelia, a quem compete a sua gestão e manutenção.

Assim é elaborado o presente regulamento, que entre em vigor em Janeiro de 2024.

Os Quadros Expositores serão disponibilizados aos Clubes Federados nas seguintes condições:

- a) Os eventos filatélicos têm que estar enquadrados no Plano Expositivo Nacional de cada ano.
- b) Os clubes federados levantam no armazém da FPF ou nos depósitos autorizados pela Direcção da FPF, os quadros que necessitem, mediante requisição enviada para a FPF, por e-mail ou correio, com a antecedência de 30 dias da data do evento filatélico. Esta requisição deverá ser apresentada em papel timbrado do Clube Federado e especificar o evento a que se destinam os quadros expositores.
- c) Os Clubes Federados devem avisar a FPF ou o responsável do depósito, por e-mail e com a antecedência de 8 dias sobre a data e hora em que pretendem fazer o levantamento dos quadros no armazém da FPF.
- d) No ato de levantamento dos quadros, os Clubes Federados devem assinar uma guia de levantamento na qual será mencionado o número de quadros e pés (ou paletes) entregues e o respetivo estado de conservação.
- e) Os quadros e pés serão obrigatoriamente transportados, carregados e descarregados nas paletes onde se encontram acondicionados.
- f) Os Clubes Federados obrigam-se a devolver os quadros nas mesmas condições em que estes se encontravam no acto do seu levantamento.
- g) No ato de devolução, os Clubes Federados devem preencher uma guia de devolução, na qual deve constar o número de quadros e o respetivo estado de conservação.
- h) Os estragos provocados nos quadros por mau manuseamento serão da responsabilidade do Clube Federado, que providenciará a suas expensas a respetiva reparação.
- i) Para os eventos competitivos do Plano Expositivo, os Clubes Federados pagarão uma taxa por palete, a definir pela Direcção da FPF, a qual será depositada num conta bancária criada para esse efeito, servindo estas verbas para os custos de manutenção dos quadros, tais como arranjos dos mesmos e recuperação das paletes que se partirem.
- j) As Mostras e Salões até 64 faces (32 quadros) estão isentas de qualquer taxa.
- k) A Direcção da FPF poderá autorizar a cedência de quadros para eventos não constantes no Plano Expositivo, previamente aprovado pela FPF, desde que estes sejam integrados posteriormente nesse mesmo Plano.
- l) Os eventos previamente previstos no Plano Expositivo, prevalecem em relação àqueles que forem posteriormente introduzidos.
- m) Após o fim da cada exposição os Clubes Federados têm o prazo de 15 dias para procederem à devolução dos quadros no armazém da FPF.
- n) A não devolução dos quadros no prazo estabelecido, sem que seja invocado justo impedimento, inibe o Clube Federado de requerer a utilização dos quadros pelo prazo de um ano, a contar da data do incumprimento.
- o) Considera-se justo impedimento o evento não imputável ao Clube Federado que impeça a devolução dos quadros.
- p) Cabe à Direcção da FPF apreciar se a justificação apresentada pelo Clube Federado para a não devolução dos quadros no prazo estabelecido é considerado justo impedimento.
- q) Para todos os eventos com o máximo de 64 faces (32 quadros) a FPF criará no seu armazém os chamados quadros de serviço, que serão três paletes de 16 quadros, os quais serão utilizados principalmente nas mostras e salões.
- r) Esta medida destina-se a preservar o material expositivo de um natural desgaste, preservando-o para as grandes exposições competitivas.
- s) As paletes com os quadros que se encontram nos depósitos autorizados pela FPF, devem estar armazenadas no mesmo local, não sendo permitida a dispersão de paletes ou quadros por outros locais.
- t) Todos os casos não previstos neste Regulamento, serão analisados e resolvidos pela Direcção da Federação Portuguesa de Filatelia.

Aprovado em reunião de Direcção de 6 de Dezembro de 2023

Gaia – 24

Exposição Nacional de Filatelia

3 a 8 de Setembro de 2024

Escola Secundária de Vila Nova de Gaia



Vai decorrer de 3 a 8 de Setembro de 2024 a Exposição Nacional Gaia-24, na Escola Secundária Almeida Garret, em Gaia.

A organização está a cargo da Federação Portuguesa de Filatelia e do Clube de Coleccionadores de Gaia, tendo o apoio dos Correios de Portugal, da Câmara Municipal de Gaia e da Escola Secundária Almeida Garret.

Estas exposições nacionais e segundo o Protocolo assinado entre a FPF e CTT realizam-se de dois em dois anos, pelo que a próxima só se realizará em 2026.

A Gaia-24 albergará todas as classes da Federação Internacional de Filatelia, tendo os expositores acesso ao regu-

lamento e ficha de inscrição no nosso website www.fppfilatelia.wordpress.com acedendo em *eventos*.

As inscrições devem ser enviadas por e-mail para a Federação Portuguesa de Filatelia, fpf-portugal@netcabo.pt, até 30 de Abril de 2024.

As participações serão julgadas por um corpo de jurados já nomeado pela FPF e que integrará os seguintes elementos: Rui Alves, José Manuel Pereira, Raul Leitão, Júlio Maia e Bento Dias.

A experiência e competência dos dirigentes do Clube de Coleccionadores de Gaia, são o garante do sucesso desta exposição.

Esperamos ver-nos todas na bela cidade de Gaia, terra do Vinho do Porto.

THAILAND 2023 World Stamp Championship Exhibition

Bento Grossinho Dias

Realizou-se entre 27 de novembro e 2 de dezembro, na cidade de Bangkok, bela capital da Tailândia, a Exposição Competitiva Mundial de Filatelia "THAILAND 2023", comemorando os 140 anos do correio na Tailândia (fig. 1) e primeiro selo tailandês, com o patrocínio da Federação Internacional de Filatelia (FIP) e da Federação Inter-Asiática de Filatelia (FIAP).



Fig. 1 – O logotipo da Exposição

Para além dos três comissários do país organizador, contou com 67 comissários (fig. 2) de 61 países diferentes, o que atesta bem a importância do evento. 50 jurados e membros do comité de peritos garantiram a avaliação das coleções em exibição.

Repartidas pelas diferentes classes, anunciadas por painéis verticais (fig. 3), estiveram 423 coleções (com poucas ausências, provavelmente motivadas por motivos de força maior), preenchendo 2.256 quadros. Acresceram ainda 95



Fig. 2 – O corpo de Comissários



Fig. 3 – Vista de uma sala da Exposição

participações de literatura, dispostas numa sala própria com mesas à sua volta e uma mesa central para leitura. Finalizam o quadro de participantes, 48 coleções de juventude, distribuídas por 153 quadros. Foram assim um total superior a 560 participações e 2.400 quadros.

O Grande Edifício dos Correios (fig. 4), aberto em 1940 no local anteriormente ocupado pela delegação inglesa de Bangkok, edifício austero, mas imponente, albergou a exposição nos seus 1º e 3º pisos, tendo ainda contado com uma feira filatélica e de numismática (fig. 5) no piso térreo, de pe-



Fig. 4 – O Grande Edifício dos Correios, onde decorreu a exposição



Fig. 5 – O espaço dos comerciantes

quena dimensão, contrastando com a dimensão da exposição propriamente dita. Alternando com vendedores, estavam algumas delegações nacionais de correios, entre as quais os CTT, que partilhava um stand com os correios japoneses (fig. 6). No majestoso hall de entrada, todos os metros quadrados foram aproveitados para promover a filatelia e os correios da Tailândia, com destaques como algumas das maiores raridades, as melhores peças de algumas coleções, inúmeros balcões dos correios, com iniciativas muito variadas, entre as quais a obliteração de peças com as diferentes marcas alusivas à exposição (fig. 7). No entanto, o espaço destinado à exposição das coleções mostrou-se bastante exíguo para o número de participações.



Fig. 6 – O stand dos CTT



Fig. 7 – Os carimbos comemorativos foram muito concorridos

A ocasião foi muito bem aproveitada pelos Correios da Tailândia para promover uma muito impressionante adesão de jovens (fig. 8) a inúmeras iniciativas que sucederam em todos os dias do certame, com plena adesão de escolas e professoras. A filatelia, como veículo de cultura, de integração, de valorização humana, certamente que agradece. No exterior, sucediam-se, igualmente, as iniciativas de carácter sobretudo lúdico (fig. 9), desde concertos, uma feira gastronómica a workshops e tantas outras actividades, deixando perceber o dinamismo da sociedade tailandesa.

A montagem e desmontagem das participações (fig. 10) deixou bem claro o quão importante é a qualidade dos qua-



Fig. 8 – As escolas estiveram presentes em força



Fig. 11 – Peter Suhadolc durante o Seminário de Inteiros Postais



Fig. 9 – O exterior da Exposição

dos expositores. A boa vontade e disponibilidade dos muitos colaboradores e voluntários permitiu ultrapassar algumas dificuldades.

Durante a exposição foram realizados seminários que permitem a qualificação para a categoria de júri FIP das classes de Literatura, Fiscais, Postais Ilustrados, e Classe Aberta (fig. 11). Iniciativas muito interessantes, com a duração de



Fig. 10 – Pormenor da montagem dos quadros

uma hora, seguida de período de perguntas e respostas, tiveram dos muitos participantes, que encheram as salas, a melhor resposta e participação.

As nove participações portuguesa primaram pela qualidade, obtendo seis medalhas de ouro ou ouro grande (fig. 12). O jantar de palmarés ocorreu no salão de bailes do hotel, com bastante animação e convívio entre todos (fig. 13).



Fig. 12 – A medalha do certame, igual para todas as classificações



Fig. 13 – Aspecto do jantar de Palmarés

Ao palco subiram, para além dos principais participantes na organização e patrocinadores, os premiados (fig. 14).

No Royal Orchid Sheraton Hotel decorreram alguns dos eventos do certame como o jantar promotor da Exposição PhilaKorea 2024 (fig. 15) e o jantar de palmarés. Neste hotel



Fig. 14 – Drs. Eduardo e Luis Barreiros recebendo a medalha da classe de Literatura

ficaram hospedados a maioria dos participantes, nas suas diferentes qualidades. Curiosamente, no trajeto entre o hotel e o edifício da exposição, 500 metros que todos faziam a pé, várias vezes por dia, situa-se a Embaixada de Portugal, a mais antiga na Tailândia, num magnífico edifício branco, de arquitectura colonial, que hoje mora na margem esquerda do Chao Phraya, datado de 1875 (fig. 16). O animador do jantar de gala fez questão de a todos contar este pormenor, de que nós, portugueses, nos devemos orgulhar. O muro que a rodeia tem uma bela obra do conhecido artista de arte urbana Vhils, muito fotografado pelos turistas que passam.

Também as acompanhantes de comissários, jurados e exibidores, tiveram iniciativas de carácter não oficial, do agrado de todas, desde um curso de culinária tailandesa a uma visita a uma fábrica de joias.



Fig. 15 – Anúncio da PhilaKorea 2024

A Exposição Tailândia 2023 foi, sem dúvida, uma belíssima oportunidade de divulgação da filatelia e de convívio das forças vivas deste hobby, ainda hoje tão vivo e em permanente evolução.



Fig. 16 – A embaixada de Portugal

PALMARÉS EXPOSIÇÃO THAILAND 2023

EXPOSITOR	PARTICIPAÇÃO	CLASSE	MEDALHA
Pedro Vaz Pereira	Os Correios Portugueses entre 1853-1900 nos 500 Anos do Correio em Portugal	Literatura	Ouro Grande 96 Prémio Especial
Luís Barreiros	Portuguese India-The "Native Issues" 1871-1888	Tradicional	Ouro Grande 95
Luís Barreiros	Portugal and United Kingdom- Postal Relations until UPU	História Postal	Ouro Grande 95
Luis e Eduardo Barreiros	Portuguese India-Postal History and the First Issues- From the "Natives" to 1900	Literatura	Ouro 91 Prémio Especial
Luís Frazão	The first issue of postal stationary for Portuguese Colonies (1885-1903)	Inteiros Postais	Ouro 90
Shiv Nair	"The Last White Rajah" Sarawak, the issues of Sir Charles Vyner Brooke 1917-1946	Tradicional	Ouro 90
Bento Dias	Portuguese India Postmarks and Cancellations	História Postal	Vermeil Grande 85
José Costa	LZ 127 Graf Zeppelin "The Big Flying Passenger Ship"	Aerofilatelia	Vermeil 82
Francisco Luís Pimentel	Ceres in Aerophilately	Aerofilatelia	Prata Grande 76

Participações Portuguesas na Exposição Europeia

HAFNIA 2024



Copenhague de 17 a 20 de Outubro de 2024

EXPOSITOR	PARTICIPAÇÃO	CLASSE	QUADROS
Pedro Vaz Pereira	Inteiros Postais do selo tipo Ceres	Inteiros Postais	8
Luís Frazão	Inteiros Postais da emissão de D. Luís, do Ultramar Português 1885-1903	Inteiros Postais	8
Ana Vaz Pereira	O Rei D. Carlos, a Família e o seu Tempo	Bilhetes Postais Ilustrados	5
Shiv Shankar Nair	The last White Rajah, Sarawak issues of Charles Vyner Brooke 1918 to 1947	Tradicional	8
Eduardo Barreiros	Portugal na 1ª Guerra Mundial	História Postal	8
Luiz Barreiros	Portugal and Colonies Pre-Stamp period	História Postal	8
Júlio Pedroso Maia	Crossing The Atlantic: Transatlantic Mail US-France 1840-1874	História Postal	8
José António Costa	Serviço aéreo postal- Catapulta (Atlântico Norte)	Aerofilatelia	5
Pedro Vaz Pereira	Os Correios Portugueses entre 1853-1900 nos 500 Anos do Correio em Portugal	Literatura	—
Américo Lopes Rebelo	Artigos sobre Maximafilia, Filatelia e Cartofilia, relacionados com o Mundo das Aves e com o SLB, publicado em diversas revistas filatélicas estrangeiras nacionais e no Jornal o Benfica, referente ao ano de 2023	Literatura	—
Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos	Revista Selos & Moedas	Literatura	—
Mário Paiva	Blog O Filatelista - https://o-filatelista.blogspot.com	Literatura	—



John C. Lacerda

Agente encaminhador em Vellas, na Ilha de S. Jorge (Açores)

Luis Frazão. RDP
luisvbp.frazao@outlook.pt

Forwarded by
John C. Lacerda,
Agent for the Norddeutscher
Lloyd, of Bremen, at
Vellas - S. Jorge - Açores.

Entre Maio de 1902 e Julho de 1904, é conhecida correspondência, franqueada com selos de Angra e que ostentam a marca de intervenção acima, do Agente Encaminhador (Forwarding Agent) John Lacerda. A partir de 1905 e até julho de 1910 são conhecidas cartas e postais ilustrados, que sendo escritos e remetidos de bordo, são franqueados com selos de Angra, mas já não apresentam a marca do agente encaminhador.

Este artigo serve para tentar desbravar este interessante tema, com exemplos de peças conhecidas, e também para mostrar as conclusões a que chegamos.

1. A LINHA DE NAVEGAÇÃO EUROPA AMÉRICA E VOLTA DA NDL (NORDDDEUTSCHER LLOYD) DE BREMEN

Desde finais do século XIX e início do século XX, que a companhia de navegação alemã NDL, dominava no Atlântico o transporte de passageiros e de emigrantes entre a Europa e os Estados Unidos, em duas rotas distintas:

- a) Norte Atlântica. Bremen a Nova Iorque, com escala em Southampton e Cherbourg.
- b) Linha do Mediterrâneo. Genova a N. Iorque, com escala em Nápoles e Gibraltar

O postal que se mostra na figura 1, edição da NDL, ilustra as duas linhas da NDL

Na rota do Mediterrâneo, a NDL tinha um agente em Vellas, na ilha de S. Jorge, que recorria aos serviços de navios baleeiros, com uma tripulação de 4 remadores, para ir ao encontro dos navios alemães da Companhia, que atravessavam o canal de 5 milhas entre as Ilhas de S. Jorge e do Pico. (figura 2)

Estes navios abrandavam a sua marcha, (Figura 3) parando brevemente diante de Velas, para permitir que o correio fosse baixado de bordo para dentro do baleeiro, (Figura 4) dentro de um cesto impermeável contendo as cartas e postais, dinheiro para pagar as franquias, e alguns presentes para os baleeiros, normalmente tabaco e bebidas.



Figura 1

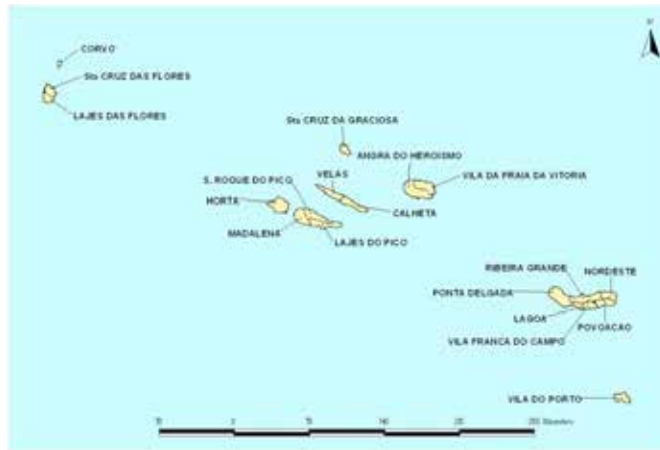


Figura 2 – Linha azul, provável(eis) trajetória dos pacotes da NDL ao atravessar o arquipélago dos Açores



Figura 3

De seguida, o pequeno bote regressava ao porto de Velas (figura 5), entregava as cartas ao Sr. Lacerda, que as levava à estação do correio, onde a correspondência era franqueada para poder seguir o seu destino

A correspondência era depois transportada por um dos navios da ligação inter-ilhas para Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, de onde seguiam para a Europa ou para os Estados Unidos, na primeira ligação disponível.

Não terão sobrevivido muitos exemplos desta ligação, que durou 8 anos, a maioria sendo de postais ilustrados, impressos na Alemanha, com imagem do navio, e que eram distribuídos a bordo. Como veremos nos exemplos que se ilustram, os selos de Angra eram inutilizados com o carimbo CORR^o e TEL^o /data/Vellas, e nalguns casos com o datador de ANGRA DO HEROISMO.



Figura 4



Pormenor



Figura 5

2. OS DOCUMENTOS POSTAIS

O documento mais antigo de que temos conhecimento, vem representado na figura 6. Trata-se de uma carta escrita a bordo, em envelope timbrado da NDL, desembarcado para a baleeira que o transportou para Velas, entregue ao agente encaminhador, que lhe após a sua marca e entregou no correio. De Velas seguiu para Angra onde o selo de 65 reis foi inutilizado com a marca do dia de 3 de Maio, seguindo para N. York onde chegou a 25 de Maio, após transito em Lisboa a 12 de Maio.

O documento seguinte vem representado na figuras 7 e 8. Trata-se de um postal, lançado de bordo na carreira de regresso do paquete “Kaizerine Maria Theresia”, franquia de 25 reis, marca das Velas de 16 de Maio de 1902, e com uma curta mensagem. “Best wishes from the Azores.”

Ainda dos primeiros meses da intervenção do agente encaminhador, mostra-se na figura 9, um envelope timbrado da NDL, franquia de 65 reis, e destinado à Suíça. Neste caso os selos foram inutilizados pela marca das Vellas, com data de 16.10.1902.

Por vezes, como no exemplo que se mostra nas figuras 10 e 11, o agente encaminhador para além da sua marca indicava ainda como o postal devia seguir, o que fez neste caso, escrevendo “Pelo Peninsular, via Terceira.” Passou em Angra a 6 de Outubro, chegando a N. Jersey a 17 de Outubro.

Cada passageiro, interpretava à sua maneira a maneira como era feito o transbordo do paquete para a baleeira, encontrando-se referencias tais como: *By bottle post from the Azores* “ou ainda *Posted in a tin can at the Azores*”(figura 12) ou ainda *“This postal is thrown over board in a big bottle”*.



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura 11

No postal desta última mensagem (figura 13), aparece a nova marca do agente encaminhador, agora em 4 linhas (as anteriores eram de 5 linhas)

Na figura 14 mostram-se as duas marcas utilizadas pelo Agente encaminhador, a diferença entre ambas esta na omissão de BREMEN

A partir de 1905, o sistema continuava, mas agora sem que o agente encaminhador marcasse a correspondência. Será que se mantinha em funções? J. Dahl, nas páginas de uma participação onde mostrava este tema, escrevia que a agência da NDL, terminou em 1910. Não sabemos da razão para este fecho, provavelmente pela não continuação do serviço de transbordo de bordo para os baleeiros de Velas.

Terminamos estas notas com as imagens de um postal de 1905 e de uma carta de 1907, ambos dirigidos os Estados Unidos.



Figura 12



Figura 13



Figura 14

Forwarded by
John C. Lacerda,
Agent for the Norddeutscher
Lloyd, of Bremen, at
Vellas - S. Jorge - Açores.

Forwarded by
John C. Lacerda,
Agent for the Nordd. Lloyd,
Vellas - S. Jorge - Açores.

Figura 15



Figura 16

3. NOTA FINAL

Gostaríamos de saber mais sobre este interessante serviço postal. Terá sido reportado nos jornais contemporâneos? Em particular, pode-se levantar a questão de ser nas Velas que os navios paravam para desembarcar correspondência, quando também passavam diante de Angra. Porquê esta escolha e quem a terá feito? Tentamos saber, sem ter obtido qualquer resultado, quem era John C. Lacerda, se teria alguma relação familiar com a ilustre família Lacerda, da Ilha de S. Jorge, conhecida pelos seus membros músico e médico. E qual o motivo pelo qual esta ligação deixa de ser usada a partir de 1910? Será que algum dos confrades Açoreanos, pode pegar neste tema e dar-lhe o suporte oficial que merece.

No livro "As boias de Correio no Mar dos Açores"¹, vêm citados inúmeros exemplos, com narrativa contemporânea, de correio deixado nas boias. Porém todos eles são posteriores em pelo menos 20 anos aos exemplos que acabamos de referir, onde não se utilizavam boias, mas sim o transbordo directo do paquete para o baleeiro.

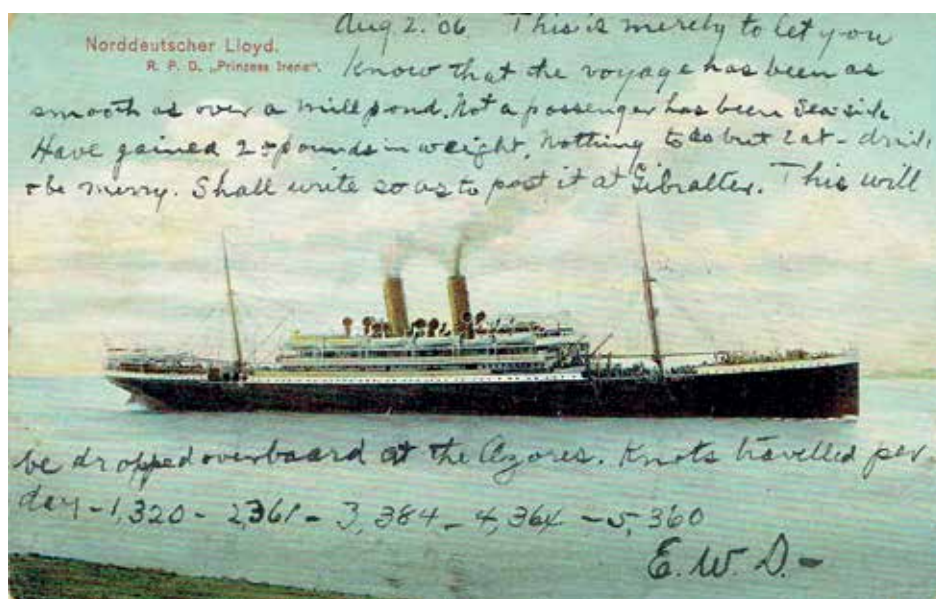


Figura 17

P.S Um dos postais que nos foram facultados, transmite dados interessantes sobre a imagem e a marcha destes transatlânticos, que reproduzimos na figura 17. Na parte final da mensagem, escreve o expedidor:

"This will be dropped overboard at the Azores. Knots travelled per day: 1320-2631-3384-4364-5360."

A estes valores, em sequência acumulativa, desde a saída de N. Iorque, corresponde uma velocidade média de 22,7 nós, feito notável para a época.

¹ Manuel Vieira Gaspar. As Boias de Correio no Mar dos Açores, Vol. 1 e 2. Ponta Delgada 2000, Nucleo Filatélico "O Milhafre"

INSTRUMENTOS MUSICAIS DAS BANDAS FILARMÓNICAS – 2.º GRUPO – AUTOADESIVOS

Há mais de dois séculos, foi na Europa que nasceram as “bandas de música”, acompanhando a afirmação do liberalismo e, posteriormente, do movimento republicano, e revolucionando a arte de fazer música, levando-a a sair dos salões das elites, para o espaço público.

No ambiente do século XIX, a música e a atividade das bandas tornaram-se uma das principais formas de sociabilidade entre as diversas classes sociais, numa época em que ocorre a grande proliferação das bandas filarmónicas, traduzindo a importância da atividade cultural e artística amadora nas classes sociais menos favorecidas, e a sua dimensão singular de desenvolvimento e



de democratização cultural.

A estética e o modelo organizacional das bandas, assim como o seu repertório, resultaram da combinação das influências francesa, austríaca e alemã (prussiana) que levaram a música aos grandes espaços públicos, nos desfiles militares e nas festividades populares, através das marchas de cariz patriótico e também em concertos nos jardins e noutros locais, onde os temas de ópera, as valsas, as polcas e outros géneros, anteriormente conhecidos apenas pelas elites, eram divulgados a todas as classes sociais.

Os bailes e os concertos, com a participação das bandas filarmónicas, passaram a constituir uma nova atividade musical, alternativa à ópera e ao teatro e, por isso, os hábitos da aristocracia e da burguesia influenciaram o aparecimento das sociedades recreativas entre as classes populares, que apreciavam mais os vibrantes instrumentos de sopro e de percussão, dotados de maior sonoridade, do que os das orquestras de cordas e dos pianos, que não eram adequados para as atuações ao ar livre, no ambiente das festividades populares.

Além das marchas (passo dobrado, marchas de procissão e fúnebres) e dos géneros de dança (polcas, valsas, mazurcas etc.), as bandas passaram a interpretar também um repertório de concerto, acompanhando os movimentos romântico e nacionalista, que marcaram a cultura da nova sociedade liberal. O repertório de concerto era baseado nos temas das óperas mais populares (as aberturas, árias e as cavatinas), nas operetas, nas zarzuelas, incluindo também as rapsódias e as fantasias, tão características da corrente na-



cionalista, que marcou a música no final do século XIX, antes das obras mais eruditas, como as sinfonias e as suites, reveladoras de um certo idealismo musical, que também marcou o repertório das bandas no início do século XX.

Em Portugal, na segunda metade do século XIX, sentiu-se fortemente a influência da cultura francesa em diversos domínios, desde a literatura à música, e ao “francesismo” juntou-se a influência do “romantismo”, que caracterizou a maneira de estar da nova burguesia liberal, glorificando os valores da liberdade, identidade e do nacionalismo, que enalteciam as tradições do povo e da sua história.



A evolução das bandas, desde a estética militar, passando pelos estilos musicais mais populares e pitorescos, até ao repertório sinfónico, foi acompanhada de grandes transformações dos instrumentos musicais. Foi exatamente há dois séculos (entre 1815 e 1825) que surgiram os primeiros instrumentos cromáticos de metal, com a inovação dos *pistons*, aprimorados depois com os modelos *saxhorn* criados por Adolph Sax, que foi também o criador dos saxofones, em meados do século XIX.



Nos instrumentos de madeira (clarinetes, flautas/flautins, oboés e fagotes), também se verificaram profundas alterações, com os novos sistemas de chaves, que melhoraram o cromatismo e a sua sonoridade. Há cerca de cem anos, nas décadas de vinte e de trinta, ocorreram também mudanças relevantes: os trompetes vão substituindo os cornetins, os clarinetes substituíram as sax-trompas e reaparecem os trombones de vara, que vão substituindo os trombones de *pistons*, assim como, mais tarde, a introdução das trompas de harmonia originou gradualmente

o abandono dos clarinetes. Durante o século XX, a percussão das bandas foi bastante enriquecida, através da utilização dos instrumentos das orquestras clássicas (os timbales, os sinos etc.), da música ligeira e jazz (a bateria de jazz) e de outros instrumentos marciais (lira) e acessórios eletrónicos.

Pedro Marquês de Sousa

Tenente-Coronel

Doutor em Ciências Musicais

(Universidade Nova de Lisboa)



CARETOS DE PODOENCE

Os Caretos de Podence são a manifestação de uma tradição ancestral da aldeia de Podence, Macedo de Cavaleiros, em Trás-os-Montes.



Estamos perante uma tradição que mistura elementos profanos, mágicos e religiosos, cujas origens remontam a tempos imemoriais. A atuação e a personalidade dos Caretos são algo extraordinário e mágico, pois estes assumem uma natureza diabólica e misteriosa adotando uma dupla personalidade. Os Caretos são homens mascarados que durante o Entrudo usam máscaras rudimentares feitas de couro ou lata, e fatos coloridos executados em lã. As cores dos trajes e das máscaras, vermelho, preto, amarelo e verde, contrastam com a escuridão do inverno, e a sua presença é anunciada pelo som dos chocalhos que usam à cintura. É um ritual que se caracteriza pelo comportamento específico dos seus protagonistas mascarados, os «caretos». Nas suas «sortidas à rua» (em regra, nos três dias de Carnaval), os caretos percorrem a aldeia tendo como principal missão «chocalhar» as mulheres. Este ritual festivo, que é também caracterizado pelo convívio entre vizinhos, amigos e familiares, foi criado num contexto passado de que dá conta a memória dos residentes



mais velhos na aldeia, protagonizado essencialmente pelos rapazes e homens solteiros, cujo alvo eram as jovens raparigas e mulheres solteiras, tendo, portanto, uma função propiciatória, de passagem e de comportamento erótico-sexual. Ajudados por um pau ou bengala, os caretos, em grupo, correm e saltam, perseguindo e agarrando mulheres e raparigas

a quem atingem na zona da cintura com os seus chocalhos, uma partida denominada por chocalhadas. Sendo uma espécie de jogo erótico, as chocalhadas fazem as pessoas rir e provocam euforia a quem observa a interação entre os caretos e as mulheres, reproduzindo um ambiente festivo que conduz o público até um tempo e rituais ancestrais.

O Entrudo de Podence difere dos cortejos carnavalescos característicos das zonas urbanas, sendo por isso considerado o Carnaval mais autêntico e genuíno de Portugal.

Entre os momentos mais importantes do Carnaval de Podence, destacam-se os Caretos à solta, casamentos do Entrudo a fingir e a segunda-feira de Carnaval. Assumem um papel satírico, que se apoia na crítica social, onde todo o desenrolar da ação funciona como um pretexto para se poder dizer tudo o que se



quiser, com toda a liberdade, num momento de humor e crítica social. Na terça-feira de Carnaval, faz-se a procissão com a queima do Entrudo, em que um boneco com seis metros de altura é queimado na Eira do Careto. O ato representa a expulsão de todos os males e a purificação das mentes, mas dizem os populares que este momento simboliza também o desejo de que o inverno acabe e a primavera comece, queimando o que é mau e velho, partindo para um novo ciclo.

As «Festividades de Inverno: Carnaval de Podence» foram proclamadas no dia 12 de dezembro de 2019, na Lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade – UNESCO, no decurso da 14.ª Reunião do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em Bogotá, Colômbia.

António Carneiro

Presidente da Casa do Careto

ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE – 100 ANOS

A Escola Náutica Infante D. Henrique foi criada em 1924, através da publicação do Decreto-Lei n.º 10084, de 20 de agosto de 1924, com a designação de Escola Náutica.

A Escola Náutica, enquadrada no Ministério da Marinha, começou a funcionar nas instalações da Marinha de Guerra, na Rua do Arsenal, em Lisboa, exatamente no local onde até então estava instalada a Escola Auxiliar de Marinha (esta escola tinha sido criada em 1903 para formação de marítimos não militares e foi assim a entidade que deu origem à Escola Náutica).

A principal missão da Escola Náutica encontra-se bem definida no decreto-lei que determina a sua origem, em 1924:

«[...] a Escola Náutica destina-se a habilitar o pessoal técnico da Marinha Mercante, preparando-o para o comando e navegação, para o serviço de máquinas e para o serviço radiotelegráfico».

A Escola Náutica funcionou na Rua do Arsenal até 1972. A 26 de outubro desse ano, é inaugurado o campus de Pa-

ço de Arcos com a designação de Escola Náutica Infante D. Henrique.



Em 1974, a Escola Náutica Infante D. Henrique deixa de estar sob a alçada da Marinha de Guerra, sendo a sua tutela transferida para a Secretaria de Estado da Marinha Mercante (a exemplo de outros organismos não militares, ligados ao mar).

A Escola Náutica tem acompanhado a evolução do setor dos Transportes Marítimos e da Marinha Mercante, tendo alargado o seu portefólio de formação superior, em 2004, para



a área da Gestão Logística e Portuária, deixando assim de ser exclusivamente uma escola de formação de oficiais da Marinha Mercante. Em 2008, a ENIDH passou a designar-se Escola Superior Náutica Infante D. Henrique.

No âmbito do contínuo desenvolvimento e atualização de currículos dos cursos superiores da ENIDH, foi instalado em 2022 um Centro de Simulação Marítima que permite aos futuros oficiais da Marinha Mercante (pilotos e engenheiros) treinarem todo o tipo de situações em ambientes que simu-



lam a grande maioria de navios existentes (de diferentes tipologias, dimensões e características técnicas).

Em 2016, foi instituído o Prémio Carreira ENIDH e os vencedores deste galardão, até à presente data apenas oficiais da Marinha Mercante, estão anunciados no *alumni wall* que se encontra no *hall* principal da escola.

A Escola Superior Náutica Infante D. Henrique tem na atualidade mais de 900 alunos inscritos em todos os seus cursos e é responsável pela formação de cerca de 10 000 oficiais da Marinha Mercante, desde o seu início.

O legado duradouro da ENIDH e a sua dedicação à excelência contribuem para o património marítimo de Portugal e posicionam o país como um centro de educação e especialização marítima.

Rui Reis

Presidente ALUMNI ENIDH

Vitor Franco Correia

Presidente ENIDH



200 ANOS DA VISTA ALEGRE

Fundada em 1824, a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre foi a primeira unidade industrial dedicada à produção da porcelana em Portugal. Para o sucesso deste empreendimento foi determinante a persistência e visão estratégica do seu fundador, José Ferreira Pinto Basto. Figura de destaque na sociedade portuguesa do século XIX, proprietário agrícola, comerciante audaz, tornou-se «o primeiro exemplo de livre iniciativa» em Portugal. Em 1812, adquiriu uma quinta perto da vila de Ílhavo, à beira da Ria de Aveiro. Por Alvará Régio de 1 de julho de 1824, D. João VI autorizou a edificação no local de «uma grande fábrica de louça, porcelana, vidraria e processos químicos».



Cinco anos depois, a Vista Alegre receberia o título de «Real Fábrica», um reconhecimento pela sua arte e sucesso. O primeiro período de laboração da fábrica foi dedicado ao vidro e cerâmica «pó de pedra», face ao desconhecimento da composição da pasta de porcelana. Após a descoberta, em 1832, de abundantes jazigos de caulino a norte de Ílhavo,



a Vista Alegre começou a produzir porcelana de alta qualidade, apostando na contratação de mestres estrangeiros com experiência na indústria cerâmica, algo determinante para a formação de uma mão-de-obra local altamente especiali-

zada na produção de porcelana. Deste investimento resultou também a Manufatura da Vista Alegre, que ainda hoje está na origem das produções mais artísticas da marca.

Ao longo do tempo, a Vista Alegre soube adaptar-se às muitas correntes



estéticas, adquirindo não só um reconhecimento generalizado em Portugal, mas também uma projeção internacional notável. A participação regular em certames e feiras por todo o mundo, a presença em museus e instituições, como o MoMA em Nova Iorque, a colaboração com artistas



e designers de renome e a conquista consistente dos mais prestigiados prémios globais de design fazem da Vista Alegre um nome que permanece um símbolo de arte, mestria, qualidade e sucesso. Dois séculos de história intimamente ligados à evolução cultural, social e económica do país, graças a um legado estético e artístico que não se esgota nas muitas peças criadas ao longo deste período. Uma memória que permanece viva e dinâmica no Lugar da Vista Alegre, com o Bairro Operário e todas as infraestruturas que lhe serviram de suporte totalmente recuperados. No premiado Museu Vista Alegre, na Festa em Honra da Nossa Senhora da Penha de França e no marco barroco que é a capela que lhe dá nome. Na colaboração da Fábrica com os melhores artistas e designers nacionais e internacionais, com o objetivo de criar continuamente novos modelos e decorações, explorando todas as possibilidades expressivas das matérias-primas e do know-how da marca. No hotel criado em torno da atividade da empresa. No apoio a inúmeras iniciativas culturais, recreativas e desportivas. E, acima de tudo, no consciente coletivo.

Em 2024 celebramos 200 anos de vida. Dois séculos que se contam consigo.

200 YEARS OF VISTA ALEGRE

Established in 1824, the Vista Alegre Porcelain Factory was the first industrial unit devoted to the production of porcelain in Portugal. The success of this undertaking was largely due to the persistence and strategic outlook of its founder, José Ferreira Pinto Basto. A prominent figure in 19th-century Portuguese society, a landowner and fearless merchant, he became “the pioneer of free enterprise” in Portugal. In 1812, he purchased a rural estate near the town of Ílhavo, on the banks of the Aveiro lagoon. By Royal Licence of 1 July 1824, King João VI authorised “a large factory for earthenware, porcelain, glassware and chemical processes” to be built on the site.

Five years later, Vista Alegre was granted the title of “Royal Factory”, in recognition of its artistry and success. The first phase of the factory’s production was devoted to glass

and stoneware pottery since the composition of porcelain paste was as yet unknown. After the discovery of rich deposits of kaolin to the north of Ílhavo, in 1832, Vista Alegre began to produce high-quality porcelain, investing in hiring foreign craftsmen with experience in the ceramics industry, a decisive factor that allowed for the training of a local labour force that became highly specialised in porcelain production. This investment also allowed for the development of the Vista Alegre Factory Hand Painting Workshop, which still creates the brand’s most artistic pieces today.



Over time, Vista Alegre adapted to many aesthetic trends, gaining not just general recognition in Portugal, but also a significant international reputation. Its regular participation in international exhibitions and trade fairs, its presence in museums and institutions, including the MoMA in New York, its collaboration with renowned artists and designers and its consistent achievement of the most prestigious international design awards mean that the name Vista Alegre remains synonymous with artistry, expertise, quality, and success. Its two centuries of history are closely linked to the country’s cultural, social, and economic development, thanks to an aesthetic and artistic legacy that permeates every piece created during that time. And that memory is still very much alive throughout Vista Alegre: in the complete renovation of the Workers’ Village and its support facilities; in the award-winning Vista Alegre Museum; in the festival in honour of Our Lady of Penha de França and the baroque chapel with the same name; in the Factory’s collaboration with the best artists and designers from Portugal and abroad, with the purpose of continually creating new models and decorations and exploring all the expressive possibilities of the raw materials and the brand’s expertise; in the hotel created around the company’s activity; in the support given to countless cultural, recreational, and sporting activities; and, above all, in the collective consciousness.

In 2024, we celebrate 200 years of life. Two centuries and counting with you.



ESPAÇO DE FILATELIA

ctt

R 31 / 01 2024
N.º 38

FILATELIA
Rua João Saraiva nº 9 – Piso 3
1700-248 LISBOA
e-mail: filatelia@ctt.pt

VN 90124369
FEDERACAO PORTUGUESA FILATELIA
R CIDADE CARDIFF 36 B
1170-085 LISBOA

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data de expedição
			Fevereiro 2024

Assunto: Espaço de Filatelia

Caro(a) Colecionador(a),

Vimos por este meio informar que, a pensar nos nossos clientes, a Filatelia abriu um novo Espaço de Filatelia que disponibilizará aos nossos colecionadores um contacto presencial e personalizado.

Neste espaço, temos disponíveis as emissões mais recentes, as nossas obras temáticas e anuais, tal como produtos facilitadores para a sua coleção como os álbuns, as carteiras anuais e folders.

Espaço de Filatelia:

Morada:
Loja CTT Chiado
Praça Luís de Camões, 20
1200-994 Lisboa

Horário:
Dias úteis
9h-13h
14h-17h

Relembramos que poderá aceder à sua conta corrente de filatelia através do site ctt.pt na área particulares/filatelia/a minha conta. No menu "minha conta" pode efectuar reforços de conta por multibanco, payshop e VISA e ainda solicitar produtos filatélicos. Também tem acesso a informação diversa relativa à sua conta de filatelia tal como dados biográficos, meios de pagamento, plano de assinatura, pedidos, extracto de conta e registos devolvidos. Caso não tenha ainda acesso a esta funcionalidade deverá registar-se no site www.ctt.pt, aceder ao menu particulares/filatelia/a minha conta e solicitar acesso "a minha conta".

Pode consultar o nosso plano de emissões e edições, os folhetos digitais e noticiários filatélicos em ctt.pt na área particulares/filatelia.

Estamos ao dispor para qualquer esclarecimento adicional, através da Linha CTT 21 047 16 16 (preço de uma chamada para a rede fixa) ou pelo e-mail filatelia@ctt.pt.

Com os melhores cumprimentos,

Raul Moreira
Diretor

CTT - Correios de Portugal, S.A. - Capital Social 71.957.500,00 € - NIPC 500 077 568
Sede Social: Av. dos Combatentes, n.º 43 - 14.º Piso - 1643-001 LISBOA - PORTUGAL
ctt.pt

COMO COMPRAR OS SELOS NO CORREIO DE PORTUGAL

O estimado leitor pode comprar estas séries de selos, que publicamos abrindo uma conta corrente na Direcção de Filatelia dos Correios de Portugal.

Comodamente os mesmos ser-lhe-ão enviados para casa. Passa a ter na sua colecção peças de grande beleza e que serão um excelente aforro.

Em baixo enviamos os contactos necessários para o fazer, podendo igualmente esclarecer as suas dúvidas.

FILATELIA

Rua João Saraiva n.º 9
1700 – 248 LISBOA
PORTUGAL

Telefone: (351) 21 0470 666
email: filatelia@ctt.pt
site: www.ctt.pt



Frazao Auctions

PHILATELY · PORTUGAL



AUCTION #3

Will be held in May 24-25, 2024.

Register to participate, don't miss out!



Know more and register on our website:

www.frazaoauctions.com

For more information, contact us:

geral@frazaoauctions.com



CLUBES FEDERADOS NA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FILATELIA

ASSOCIAÇÃO DE FILATELIA E COLECCIONISMO DO VALE DO NEIVA

Apartado 55 4906-909 Barrocelas

E-mail: filateliavaleneiva@hotmail.com

ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA DO ALGARVE (AFAL)

APT 757 8500-917 Portimão

E-mail: afal.filatelia@gmail.com

CLUBE DE COLECCIONISMO DA ESCOLA DE FRAGOSO

Agrupamento Vertical de Escolas de Fragoso

Rua das Carvalhas, 351 4905-097 Fragoso

E-mail: jorgesilvaprofcom@sapo.pt

CLUBE DE COLECCIONADORES DE GAIA

Av. Dr. Moreira Sousa, 2499 4415-385 V. Nova de Gaia

E-mail: clubecoleccionadores.gaia@gmail.com

CLUBE DE FILATELIA "O ILHÉU"- ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MANUEL ARRIAGA

Rua Ilha Azul 9900-039 Horta Faial

E-mail: cmglobao@yahoo.com

CONFRARIA TIMBROLÓGICA MERIDIONAL

Est. Correios Rossio - Apt 237 7002-503 Évora

E-mail: ctm.confraria@gmail.com

GRUPO FILATÉLICO ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DADORES SANGUE DE BEJA

R. Pablo Neruda, 13 – r/c. 7800-327 Beja

E-mail: dadosdesanguebeja@gmail.com

<p align="center">NÚCLEO DE COLECIONISMO FILATÉLICO “JOÃO RAMALHO” – ESCOLA SECUNDÁRIA DE VOUZELA</p> <p align="center">Qta. das Regadas 3670-269 Vouzela E-mail: paulalopes63@sapo.pt</p>
<p align="center">NÚCLEO FILATÉLICO E DE COLECCIONISMO DE BRAGA</p> <p align="center">Apartado 618 4711-915 Braga E-mail: ajcruzlopes@gmail.com</p>
<p align="center">NÚCLEO FILATÉLICO E NUMISMÁTICO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CANAS DE SENHORIM</p> <p align="center">Largo do Cruzeiro, 1 3525-013 Canas de Senhorim E-mail: secretaria@bvcanas.com</p>
<p align="center">NÚCLEO JUVENIL DE FILATELIA ALMEIDA GARRETT</p> <p align="center">Av. Dr. Moreira Sousa, 2499 4415-385 V. Nova de Gaia E-mail: clubecoleccionadores.gaia@gmail.com</p>
<p align="center">NÚCLEO JUVENIL DE FILATELIA E COLECCIONISMO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SILVES SUL “O BICHINHO DO SELO”</p> <p align="center">Escola EB 2/3 Dr. António Costa Contreiras Rua Dr. Manuel de Arriaga, 7 8365 -140 Armação de Pera E-mail: nela_lourenco@hotmail.com</p>
<p align="center">SECÇÃO COLECCIONISMO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E CASTRO MARIM</p> <p align="center">Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N 8901-307 Vila Real de Santo António E-mail: coleccionismo.sotavento@gmail.com</p>
<p align="center">SECÇÃO DE FILATELIA E COLECIONISMO DA CASA DO BENFICA NO PORTO</p> <p align="center">R. António José da Silva, nº 104 4200-238 Porto E-mail: cbporto@slbenfica.pt</p>
<p align="center">SECÇÃO FILATÉLICA DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA</p> <p align="center">APT 1094 Posto de Correio Papiro 3000-104 Coimbra E-mail: filatelica@academica.pt</p>
<p align="center">SECÇÃO FILATÉLICA DA ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CONCELHO DE ALMADA (ARPCA)</p> <p align="center">Rua S. Salvador da Baía 2800-201 Almada E-mail: arpca.ipss@gmail.com</p>
<p align="center">SECÇÃO FILATÉLICA DO CLUBE DE CAMPISMO DE LISBOA</p> <p align="center">R. Agostinho Lourenço, nº 321 1000-010 Lisboa E-mail: geral@clubecampismolisboa.pt</p>
<p align="center">SECÇÃO FILATÉLICA DO LIONS CLUBE DE PORTIMÃO</p> <p align="center">Edifício Auditório Municipal - Av. Miguel Bombarda 8500-508 Portimão E-mail: lions.portimao.filatelia@gmail.com</p>
<p align="center">SECÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DO CLUBE DOS GALITOS</p> <p align="center">Praça Dr. Joaquim de Melo Freitas nº3 3800-158 Aveiro E-mail: filatelia@galitos.pt</p>

Coleccione Selos
de Macau

澳門郵票收藏

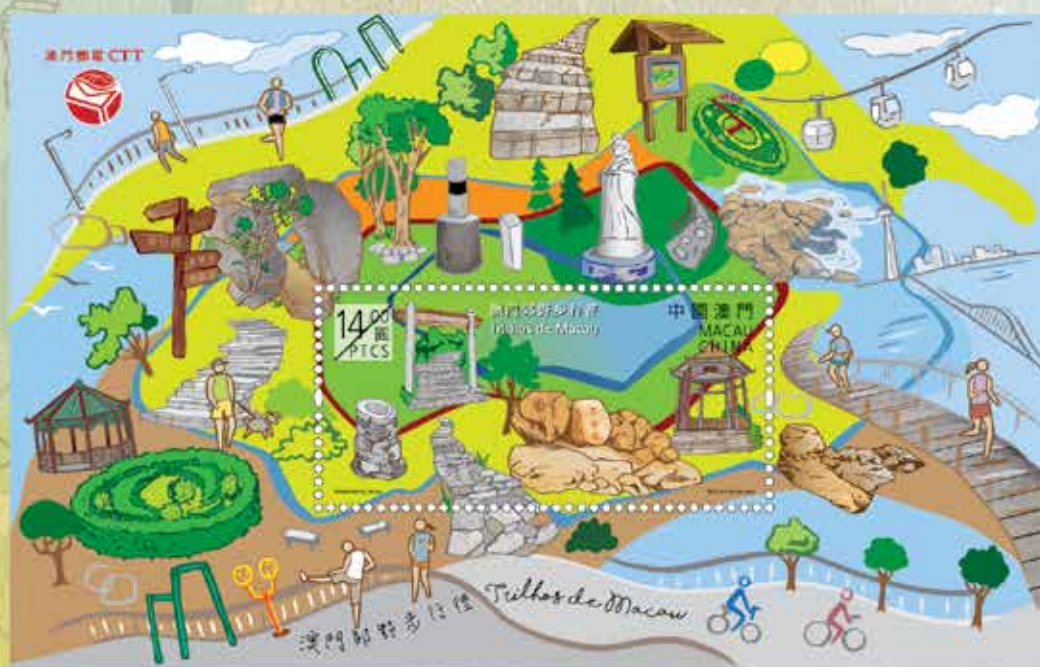
Collect
Macao's Stamps

18/06/2024

澳門郊野步行徑

Trilhos de Macau

Trails in Macao



集郵郵票 eCode



快分享到朋友圈
一起關注澳門郵票！

澳門議事亭前地 LARGO DO SENADO, MACAU

電話 Tel.: (853) 8396 8513, 2857 4491 傳真 Fax.: (853) 8396 8603, 2833 6603

電郵 E-mail: philately@ctt.gov.mo

網址 Website: <http://philately.ctt.gov.mo>



澳門郵電 CTT
Correios e Telecomunicações de Macau



